

CARTA ANUAL DE
***Políticas
Públicas
e Governança
Corporativa***

2025

Ano-base 2024



Sumário

1. Quem Somos	3
2. Contribuições para Políticas Públicas	6
2.1 Entregas de Valor Público	8
2.2 Declaração de Recursos	16
2.3 Aderência aos ODS e iniciativas ASG	19
3. Governança Corporativa	31
3.1 Informações Societárias e de Governança Corporativa da Petrobras	32
3.2 Informações Societárias e de Governança Corporativa das Participações do Conglomerado Petrobras	38
3.3 Dados Econômico-Financeiros da Petrobras	47
3.4 Fatores de Riscos e Controles Internos da Petrobras	52
3.5 Composição e Remuneração da Administração da Petrobras	56
3.6 Inovações em Governança Corporativa da Petrobras	61
4. Plano de Saúde	64
Anexo 1	65



QUEM SOMOS

A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sociedade de economia mista supervisionada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), foi criada pela [Lei nº 2.004/1953](#), posteriormente revogada pela [Lei nº 9.478/1997](#), tendo suas atividades concentradas principalmente nas áreas de exploração e produção, refino, geração e comercialização de energia. Possuímos ampla expertise em exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas, resultado de mais de 50 anos de desenvolvimento nas bacias *offshore* do Brasil, consolidando nossa posição como líderes mundiais nesse segmento.

Entretanto, nossos negócios vão além do alcance do campo e da retirada de petróleo e gás. Isso implica um longo processo por meio do qual transportamos petróleo e gás para nossas refinarias e unidades de tratamento de gás natural, que devem estar equipadas e em constante evolução para fornecer os melhores produtos. É nossa prioridade operar com baixos

custos e com baixa emissão de carbono, o que contribui para nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável para uma justa transição energética no Brasil, em alinhamento com nossa Política de Responsabilidade Social. Também temos a ambição de neutralizar as emissões (escopos 1 e 2) nas atividades sob nosso controle operacional até 2050.

Possuímos uma grande base de reservas provadas e operamos e produzimos a maior parte do petróleo e gás do Brasil. A maioria de nossas reservas provadas no mercado interno está localizada nas bacias marítimas de Campos e Santos, no sudeste do Brasil, o que permite otimizar nossa infraestrutura e limitar nossos custos de desenvolvimento e produção para nossas novas descobertas. Além disso, desenvolvemos conhecimentos em exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas atuando nas principais bacias marítimas brasileiras.

A importância de nossa atuação é reforçada pela [Constituição da República Federativa do Brasil](#) de 1988, que impõe ao Estado o dever de garantir a segurança energética, garantindo o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, bem como a soberania nacional e o desenvolvimento econômico.

O interesse coletivo que justificou nossa criação enquanto empresa estatal está ligado à garantia do fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, além de impactar a soberania energética e o desenvolvimento econômico do Brasil. Desde sua fundação, há mais de 70 anos, a Petrobras desempenha um papel crucial na segurança energética do país, além de gerar empregos, atrair investimentos e promover o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Tendo sido criada em resposta à estratégia governamental de autonomia energética e ao compromisso de desenvolvimento da infraestrutura industrial brasileira, não apenas cumprimos nossa missão inicial, como continuamos a crescer e diversificar, firmando-nos como um dos principais players do setor de energia no mundo. Dessa forma, estamos comprometidos em nos tornar a melhor empresa de energia em termos de diversificação, integração e geração de valor, alinhando nossa atuação nos segmentos de óleo e gás com iniciativas de baixo carbono. Assim, adotamos estratégias específicas para cada segmento em que operamos, investindo na descarbonização de nossas operações, na geração de energia renovável e em combustíveis sustentáveis.

Nossa receita em 2024 representa aproximadamente 4,19% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, refletindo nossa relevância para a economia nacional. Este crescimento é um testemunho do papel estratégico da Petrobras não apenas como uma empresa integrada de energia, mas também como força motriz do desenvolvimento econômico do país, comprometida com a agenda social, ambiental e de governança, trabalhando para construir um futuro mais sustentável e próspero para toda a sociedade brasileira. Nosso objetivo é construir um mundo mais sustentável, fundamentado em princípios de segurança, respeito ao meio ambiente e atenção plena às necessidades das pessoas. Isso

inclui a implementação de políticas e ações que promovam a diversidade, equidade e inclusão, além de garantir a saúde, o bem-estar e a segurança física e psicológica de nossos trabalhadores.

Nossas ações são negociadas na bolsa de valores B3, de São Paulo, desde 1968, e a maioria do nosso capital votante pertence à União Federal. Também temos ações negociadas nas bolsas de valores de Nova Iorque (NYSE) e de Madri (Latibex).

A Petrobras é controlada pela União Federal, que detém diretamente 50,26% das ações ordinárias e 29,02% do nosso capital social total. A União Federal detém, ainda, participação indireta de 19,01% das nossas ações preferenciais; e 8,03% do nosso capital social total, por meio dos seguintes acionistas: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações S.A. (BNDESPAR).

A composição do nosso capital social refere-se à posição acionária de 31 de janeiro de 2025.



Conforme previsto na [Lei nº 9.478/1997](#), alterada pela [Lei nº 14.993/2024](#), que define a Política Energética Nacional, temos como objeto social a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins, restando a Petrobras autorizada a constituir subsidiárias, associada ou não a outras empresas, para o cumprimento do referido objeto.

Neste sentido, atualmente participamos, direta e indiretamente de 63 sociedades, no Brasil e no exterior, junto com as quais compomos o chamado Sistema Petrobras. Maior detalhamento sobre as participações societárias do Sistema Petrobras pode ser verificado no [Anexo 1](#).

Dessas 63 sociedades, 10 são sociedades sediadas no Brasil cuja maioria das ações com direito a voto pertence direta ou indiretamente à Petrobras e, portanto, na forma do art. 2º, inciso V do [Decreto nº 8.945/2016](#), compõe o chamado Conglomerado Petrobras.

CONGLOMERADO PETROBRAS

Sociedades, sediadas no Brasil, nas quais a Petrobras detém, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

No capítulo 3.2 desta Carta Anual, detalharemos as informações de governança das seguintes participações do Conglomerado Petrobras, conforme autorizado no Anexo I da [Portaria SEST/MGI nº 9.734](#), de 26 de dezembro de 2024:

- Araucária Nitrogenados S.A. – ANSA;
- Baixada Santista Energia S.A. – BSE;
- Petrobras Biocombustível S.A. – PBIO;
- Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. – PBEN-P;
- Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. – PB-LOG;
- Termobahia S.A. – TERMOBAHIA;
- Termomacaé S.A. – TERMOMACAÉ; e
- Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG.

As demais sociedades do Conglomerado Petrobras (a saber: Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO e Transpetro Bel 09 S.A. – TRANSBEL) irão elaborar e divulgar suas próprias Cartas Anuais.



CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Conforme já mencionado, temos nosso objeto social previsto expressamente na Política Energética Nacional ([Lei nº 9.478/1997](#)), o que, por si só, demonstra o alinhamento das atividades desenvolvidas pela companhia com as políticas públicas vigentes.

Ademais, para fortalecer nossa visão de longo prazo, estruturamos nosso planejamento em duas partes. A primeira, por meio do Plano Estratégico ("PE 2050"), que propõe uma reflexão sobre o futuro do planeta e a maneira como desejamos ser reconhecidos em 2050. A segunda parte, por meio do Plano de Negócios ("PN 2025-2029" ou "Plano"), que define metas de curto e médio prazo, com o intuito de pavimentar nosso caminho em direção ao futuro, em alinhamento com nossos posicionamentos estratégicos.

O Plano Estratégico 2050 reafirma nossa visão de ser a melhor empresa diversificada e

integrada de energia, focada na geração de valor e na construção de um mundo mais sustentável. Esse plano busca equilibrar a atuação em óleo e gás com a diversificação em negócios de baixo carbono, englobando produtos petroquímicos, fertilizantes e biocombustíveis. Além disso, enfatiza a sustentabilidade, a segurança, o respeito ao meio ambiente e um compromisso integral com as pessoas. Neste sentido, encontra-se alinhado a diversas políticas públicas prioritárias da agenda do MME, como por exemplo, o Programa de Aceleração da Transição Energética - PATEN ([Lei nº 15.103/2025](#)), Política Nacional de Transição Energética - PNTE ([Resolução CNPE nº 5, de 26 de agosto de 2024](#)), o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB ([Lei 11.097/2005](#) e [Lei 13.033/2014](#)) e a Lei do Combustível do Futuro ([Lei nº 14.993/2024](#)).

Da mesma forma, nossa atuação está firmemente alinhada ao Planejamento Estratégico Participativo 2024-2027 do MME, instituído pela [Portaria Normativa nº 77/GM/MME](#), de 23 de maio de 2024, cujo objetivo central é promover o alinhamento das políticas públicas do MME com as diretrizes do governo federal, tendo como valores a inovação, a sustentabilidade, a transparência, a participação social e o foco no cidadão.

Também estamos alinhados às políticas públicas listadas no recém lançado [Catálogo de Políticas Públicas – MME](#), específico para o setor.



Neste novo ciclo de planejamento, nossa visão, propósito e valores permanecem inalterados em sua essência:



* Atenção total às pessoas significa cuidar dos indivíduos, promovendo políticas e implementando ações que promovam a diversidade, a equidade e a inclusão, priorizando a saúde, o bem-estar e a segurança física e psicológica de nossos empregados. Em suma, significa dedicar-se a atender às necessidades de nossos empregados.

Nossas estratégias de negócios, descritas a seguir, visam promover uma contribuição significativa para um futuro próspero e sustentável. Para sua implementação, contamos com uma governança que respeita todos os processos decisórios e de avaliação de projetos, assegurando a sustentabilidade e a rentabilidade, com mais transparência:



Dispomos de uma vantagem comparativa significativa, caracterizada por uma produção de petróleo com baixos custos e uma intensidade de carbono inferior à média mundial. Essas condições nos permitem equilibrar nossa liderança na transição energética justa com a exploração responsável de óleo e gás no país, mantendo um nível de produção futura próximo ao atual.

Dessa forma, nosso planejamento reflete a ambição de preservar nossa relevância no fornecimento de energia e no desenvolvimento econômico do Brasil. Indicamos um potencial aumento na oferta de energia, passando de 4,3 exajoules (EJ) em 2022 para 6,8 EJ em 2050, mantendo nossa participação de 31% na oferta primária de energia do país, enquanto ampliamos a contribuição das fontes renováveis nesse contexto. Além disso, reafirmamos a ambição de neutralizar nossas emissões operacionais até 2050.





Entregas de Valor Público

Somos uma sociedade de economia mista, constituída pela [Lei nº 2.004/1953](#), posteriormente revogada pela [Lei nº 9.478/1997](#), cuja maioria do capital votante pertence à União Federal. De acordo com o artigo 173 da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), a atuação do Estado na exploração direta de atividade econômica, por meio de empresa estatal, somente é admitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou em casos de relevante interesse coletivo.

Para tanto, conforme previsto no artigo 238 da [Lei nº 6.404/1976](#), poderemos ter nossas atividades orientadas com a finalidade de atender ao interesse público que justificou a nossa criação, tal como disposto no §3º do artigo 3º do nosso [Estatuto Social](#), visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no artigo 1º, inciso V, da [Lei nº 9.478/1997](#), de garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional.

A atuação da Petrobras orientada a políticas públicas e à consecução do interesse público que justificou sua criação deve ser compatível com o objeto social da Petrobras e, geralmente, com as condições de mercado, não podendo, em qualquer hipótese, colocar em risco a

rentabilidade e a sustentabilidade financeira da companhia. Neste sentido, a rentabilidade é uma das principais premissas para a priorização de nossos investimentos, sendo necessário que os projetos sejam viáveis tanto do ponto de vista técnico quanto econômico.

Caso o atendimento ao interesse público se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, na forma do artigo 8º, §2º, da [Lei nº 13.303/2016](#) as obrigações ou responsabilidades assumidas por nós deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil. Ainda, de acordo com o art. 3º do nosso [Estatuto Social](#), caberá à União nos compensar, a cada exercício social, pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

Neste sentido, descrevemos a seguir as obrigações em condições diversas de mercado assumidas antes da [Lei nº 13.303/2016](#) e da reforma do nosso [Estatuto Social](#) que inseriu as previsões relativas ao interesse público:



PROGRAMA PRIORITÁRIO DE TERMELETRICIDADE - PPT

Em 24/02/2000, frente ao risco iminente de racionamento de energia, foi instituído, mediante o [Decreto nº 3.371/2000](#), o Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT), o qual visava a implantação de usinas termelétricas no país.

Nesse contexto, o Ministério de Minas e Energia, no âmbito de suas atribuições, publicou a [Portaria nº 43/2000](#), assegurando às usinas integrantes desse programa, desde que tivessem entrado em efetiva operação comercial até 31/12/2004, fazerem jus ao suprimento de gás natural pela Petrobras por um prazo de até 20 anos contados a partir do início da operação comercial, com preço pré-estabelecido e reajustado pela inflação americana.

Nossa atuação no PPT foi pautada no cumprimento dos contratos de suprimento de gás natural celebrados com as usinas termelétricas integrantes do programa. O último contrato vigente no âmbito do Programa foi celebrado com a UTE Norte Fluminense e se encerrou em 08/12/2024.

O suprimento de gás para as usinas no âmbito do PPT, em 2024, gerou receitas de R\$ 850 milhões e custos de R\$ 1.092 milhões, com impacto negativo no resultado de R\$ 242 milhões de reais.

As informações sobre interesse público que justificou a criação da Petrobras estão também descritas no Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#).

PROGRAMA NACIONAL DE RACIONALIZAÇÃO DO USO DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL (CONPET)

O programa do governo federal, vinculado ao MME, instituído por meio do Decreto s/nº de 18 de julho de 1991 e executado com o apoio técnico e administrativo da Petrobras, visa promover o desenvolvimento de uma cultura antidesperdício no uso dos recursos naturais não renováveis. Desde a sua criação, o Conpet desenvolve parcerias para a realização de avaliações das emissões de materiais particulados em ônibus e caminhões, bem como para a orientação da sociedade quanto ao uso eficiente dos veículos.

Em 2024, foi realizada a seguinte atividade pertinente ao Conpet:

- Participação no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que visa estimular a produção e a utilização de veículos mais eficientes. Esse programa busca incentivar o consumo consciente informando ao consumidor, por meio da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, sobre o consumo de combustíveis dos diversos modelos de automóveis. Possuímos um representante no grupo que coordena o Conpet, bem como provemos apoio técnico e administrativo ao programa, por meio do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes). Os profissionais envolvidos nestas atividades não possuem dedicação exclusiva ao referido programa e não são responsáveis pelas ações de certificações.

Em 2019 iniciamos tratativas junto ao MME para transferência das atividades no Grupo Coordenador do Conpet, nas condições de Membro Nato – Secretário Executivo e Representante Técnico do Cenpes, para outro ente a ser definido pelo Ministério. O interesse pela transferência

foi manifestado por carta protocolada junto ao MME, que respondeu, em 22/04/2022, que as interações entre equipes as técnicas do MME e PETROBRAS para informações detalhadas do processo, funcionamento de aplicativos e sítio eletrônico foram suficientes para a transmissão do conhecimento. O MME deu ciência no interesse da total transferência das responsabilidades, e informou que daria início a uma Análise de Impacto Regulatório (procedimento, a partir da definição de um problema regulatório, de avaliação prévia à edição dos atos normativos de interesse geral, que conterá informações e dados sobre os seus prováveis efeitos, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão).

Para o exercício social em curso, está previsto o atendimento às convocações de Participações Técnicas pelo Inmetro para o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular.

O valor aplicado no Conpet no ano de 2024 foi de aproximadamente R\$ 4.000,00, custeados pelo orçamento do PETROBRAS.

Para além do interesse público que justificou a criação da Petrobras, existem as políticas públicas que, conforme [Portaria SEST/MGI nº 9.734](#), de 26 de dezembro de 2024, devem ser entendidas como *“A ação do governo no sentido amplo, a partir de propostas elaboradas, levando em conta uma concepção estratégica e institucionalizada acerca de como enfrentar determinado problema público. Tal elaboração tem o Estado como ator central e seu objetivo é atender às necessidades da população ou aproveitar oportunidades para a promoção do desenvolvimento, em diferentes escalas - local, regional, nacional ou até mesmo internacional”*.

Quando falamos em **políticas públicas**, portanto, devemos entender como todas as ações estratégicas criadas pelo Estado para resolver determinado problema público em escala local, regional ou nacional.

Ao atuar, na execução de seu objeto social, de forma alinhada à agenda prioritária de políticas públicas do setor de energia, a Petrobras promove segurança energética, proteção ambiental e bem-estar social, mantendo-se lucrativa e sustentável, de forma alinhada a seu valor de “Comprometimento com a Petrobras e com o país”.

Assim, a entrega de valor público da Petrobras vai além dos expressivos pagamentos de tributos, da distribuição de dividendos aos acionistas, do pagamento de salários e outros componentes, conforme demonstra o gráfico abaixo, que traduz a riqueza gerada pela companhia em 2024.



No ano de 2024, recolhemos R\$ 270,3 bilhões na forma de tributos e Participações Governamentais, conforme divulgado em nosso Relatório Fiscal 2024, disponível em nosso [site de Investidores](#). Esses recursos são fundamentais para financiar obras públicas,

como investimentos em infraestrutura e programas sociais, impactando positivamente a sociedade como um todo.

Pagamos, em média, **R\$1,1 bilhão por dia útil** em tributos e participações governamentais no Brasil em **2024**, contribuindo, assim com cerca de **7% da arrecadação total brasileira**. Nos últimos cinco anos, pagamos mais de R\$ 1,1 trilhão em tributos e participações governamentais no Brasil.

Informações adicionais acerca da demonstração do valor adicionado podem ser encontradas em nossas demonstrações financeiras de 2024, disponíveis em nosso [site de Investidores](#).

A Petrobras tem trabalhado para contribuir para a criação de empregos, a geração de renda e o fortalecimento do mercado interno, além de ser um importante agente de inovação, promovendo a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias.

A Petrobras tem desempenhado um papel importante no apoio e implementação de políticas públicas, e pode contribuir ainda mais para o aperfeiçoamento de políticas, legislações e regulações que impulsionem o Brasil na sua jornada para a transição energética justa.

Uma de nossas principais contribuições está no esforço para diversificação da matriz energética brasileira, mediante investimentos

em energias renováveis, conforme previsto no Plano de Negócios 2025-2029, com ênfase em energia eólica onshore/offshore, energia solar, biorrefino e hidrogênio de baixo carbono, além de promover pesquisas em tecnologias avançadas.



EXEMPLOS DE CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS



POLÍTICA DE CONTEÚDO LOCAL NO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL (ODS 8 E 9):

O comprometimento com o país é um dos Valores Petrobras. O fornecimento de bens e serviços pela indústria nacional tem um papel fundamental na geração de valor para a empresa, pois traz ganhos importantes como a otimização dos custos logísticos, mais segurança no abastecimento de insumos e proteção contra instabilidades geopolíticas; e para o país, a companhia estimula a geração de empregos e o desenvolvimento de capacidades técnicas e tecnológicas no setor, contribuindo para o alcance do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável. Em sua atuação na exploração e produção de petróleo e gás natural, a Petrobras observa a cláusula de conteúdo local constante nos contratos de E&P, segundo a qual parte dos bens e serviços adquiridos para as atividades de exploração e de desenvolvimento da produção no Brasil deve ser nacional. Nos nossos projetos atuais,

vale destacar que 9 das 10 UEP (Unidade Estacionária de Produção) com entrada em operação até 2029 possuem requisitos de conteúdo local e estimamos que 200 mil toneladas de módulos serão executadas em estaleiros brasileiros. Há uma grande demanda para o mercado fornecedor nos próximos anos, incluindo a contratação de 5 UEP, sondas, dutos, materiais, embarcações e equipamentos submarinos, sendo fundamental a participação da indústria nacional para o sucesso das nossas atividades.



PROGRAMA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA (TEJ) (ODS 7, 12 E 13):

Nosso Plano Estratégico 2050 apresenta a trajetória que iremos percorrer como **empresa brasileira líder na transição energética justa**, reduzindo nossas emissões, mantendo nossa participação na oferta de energia no Brasil e com papel crescente das energias renováveis em nosso portfólio. Em aderência à Lei do Combustível do

Futuro ([Lei nº 14.993/2024](#)), à Política Nacional de Transição Energética – PNTE ([Resolução CNPE nº 5/2024](#)), à Política de Promoção da Descarbonização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural ([Resolução CNPE nº 08/2024](#)) e ao recém criado Programa de Aceleração da Transição Energética - PATEN ([Lei nº 15.103/2025](#)), estamos mobilizando nossos recursos e a nossa capacidade técnica, bem como nosso ecossistema de inovação e parcerias com empresas, universidades e institutos de pesquisa, para desenvolver soluções que contribuam para que a Petrobras e a sociedade brasileira possam trilhar esse caminho. Temos desempenhado um papel importante no apoio e na implementação de políticas públicas relacionadas à transição energética no Brasil, buscando alinhar nossas estratégias e investimentos aos objetivos globais de redução de emissões de gases de efeito estufa e de promoção de fontes de energia mais limpas e renováveis. Nos últimos anos, reduzimos em 40% as emissões de CO2 e em 70% as emissões diretas de metano em nossas operações, e ampliamos o desenvolvimento de produtos mais sustentáveis. Reconhecemos a urgência da mitigação da mudança climática e sabemos da importância de intensificar a descarbonização das nossas operações. Temos a ambição de neutralizar as emissões nas

atividades sob nosso controle (Escopos 1 e 2) até 2050 e influenciar parceiros a atingir a mesma ambição em ativos não operados. Por meio de representantes diretos ou representantes técnicos nas associações às quais somos vinculados, participamos de eventos, como audiências públicas promovidas no Congresso Nacional, e de reuniões com representantes do Poder Executivo com o objetivo de discutir a regulação de atividades e negócios.



POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS (RENOVABIO) E - PLANO NACIONAL DE PRODUÇÃO DE BIODIESEL (PNPB) (ODS 7, 12 E 13): A Petrobras Biocombustíveis S.A. (PBIO), subsidiária integral da Petrobras, tem, desde 2020, suas usinas certificadas no Programa Renovabio, instituído conforme [Lei nº 13.576/2017](#), e gerou 168.627 créditos de descarbonização (CBIOS) em 2024. Atualmente, a usina de Candeias-BA possui nota de eficiência energética-ambiental de 77,33 gCO₂eq./MJ e um volume elegível de 16,69%. Já a usina de biodiesel de Montes Claros, possui nota de eficiência energético-ambiental de 77,28 gCO₂eq./MJ e volume elegível de 51,64%. A PBIO atua no setor de biocombustíveis em atendimento aos mandatos estabelecidos no

PNPB, conforme [Lei nº 11.097/2005](#). Em 29 de julho de 2008, foi inaugurada, em Candeias-BA, a primeira usina de produção comercial de biodiesel da Petrobras e a usina de Montes Claros-MG, por sua vez, em 06 de abril de 2009. Ainda contamos com a Usina de Produção de Biodiesel em Quixadá, hibernada desde 2016. As usinas em operação têm capacidade total de produção de 501 milhões de litros de biodiesel por ano.



PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2050 (ODS 2 E 12): A Petrobras integra o Conselho Nacional de Fertilizantes (CONFERT), órgão colegiado responsável por aprovar e revisar periodicamente o Plano Nacional de Fertilizantes (PNF) e estabelecer orientações para a sua implementação. O Plano tem o objetivo reduzir a dependência externa do Brasil no setor, dando competitividade e sustentabilidade à produção brasileira. A Petrobras tem se destacado na promoção de práticas sustentáveis e na inovação no setor de fertilizantes, refletindo seu compromisso com o desenvolvimento agropecuário e com o Plano Nacional de Fertilizantes 2022-2050 ([Decreto nº 10.991/2022](#)). Em setembro de 2024, firmamos um Termo de Cooperação com a Embrapa,

visando o desenvolvimento de pesquisas em matérias-primas renováveis, como soja e macaúba, para a produção de biocombustíveis e novos fertilizantes com base em ureia de maior valor agregado, fertilizantes mistos, adubos com granulometria diferenciada e novos insumos sustentáveis com menor impacto ambiental. Em dezembro de 2024, assinamos um Protocolo de Intenções com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), com objetivo de desenvolvimento de oportunidades de negócio e atividades de pesquisa e desenvolvimento para o segmento de fertilizantes. Estas parcerias buscam não apenas diversificar a oferta de produtos sustentáveis, mas também aumentar a disponibilidade de fertilizantes no mercado nacional, alinhando-se às metas do Plano Nacional de Fertilizantes. Além disso, a Petrobras anunciou no seu PN 2025-2029, um investimento de US\$900 milhões no segmento de fertilizantes nos próximos cinco anos, com foco na retomada das operações de sua subsidiária integral Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA) e retomada da obra para conclusão da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN-III) em Três Lagoas (MS). Com a retomada das operações da ANSA e a conclusão da UFN-III em 2028, ambas terão uma capacidade nominal combinada de produzir 5,6 mil toneladas por dia de ureia, contribuindo significativamente para a produção nacional de fertilizantes, o que irá propiciar maior segurança alimentar e sustentabilidade da agricultura brasileira.



PROGRAMA NACIONAL DO HIDROGÊNIO

(ODS 7,12 E 13): Em 2024, foram aprovadas importantes legislações sobre o hidrogênio de baixa emissão de carbono (H2BEC). A [Lei nº 14.948/2024](#) estabeleceu o marco legal e regulatório para o H2BEC, enquanto a [Lei nº 14.990/2024](#) instituiu o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), destinando R\$ 18 bilhões em crédito fiscal para o desenvolvimento da produção de H2BEC no Brasil. Essas leis ainda aguardam regulamentação pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), que atuará como órgão regulador do H2BEC. No Plano Estratégico 2025-2029, a Petrobras planeja investir US\$ 16,3 bilhões em transição energética, dos quais US\$ 0,5 bilhão será destinado a projetos de H2BEC e seus derivados. O objetivo é descarbonizar suas atividades, fornecer produtos sustentáveis e estabelecer parcerias estratégicas. Adicionalmente, estão previstos investimentos em projetos-piloto de H2BEC, com o objetivo de testar a tecnologia e redução de custos. Em 2024, foi lançado o primeiro projeto-piloto de hidrogênio renovável da Petrobras, com uma planta no estado do Rio Grande do Norte. O projeto tem como objetivo

adquirir conhecimento, avaliar oportunidades e contribuir para o desenvolvimento do mercado de hidrogênio renovável no Brasil. Com um orçamento total de R\$ 90 milhões, o projeto é realizado em cooperação com o Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis (Senai ISI-ER) e executado pela WEG, empresa brasileira de referência global em eletrificação. A planta de testes está prevista para entrar em operação no primeiro trimestre de 2026. No âmbito da estratégia de parcerias estratégicas em H2BEC, no final de 2024, a Petrobras assinou um Acordo de Princípios com a empresa dinamarquesa European Energy, avançando nas negociações para estruturar uma parceria de negócios para a implantação de uma planta de e-metanol em escala comercial no Brasil. Em dezembro, foi assinado um Protocolo de Intenções com a Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (CSN) e a CSN Inova Soluções S.A., empresa do grupo dedicada a projetos de inovação. Esta parceria representa o primeiro passo para a implantação de uma planta de hidrogênio de baixo carbono em escala comercial no Paraná.



PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC (ODS 7, 8 E 9):

A Petrobras tem 47 projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, instituído por meio do [Decreto nº 11.632/2023](#). Este programa representa um instrumento de gestão e priorização de políticas públicas, reunindo uma carteira de projetos destinados a incentivar o investimento privado e aumentar o investimento público em infraestrutura. Por meio do PAC, investiremos mais de 300 bilhões pelos próximos quatro anos, contribuindo para diversas políticas públicas prioritárias. Dentre os investimentos, destacam-se sistemas de produção no pré-sal, revitalização de campos petrolíferos convencionais, como Marlim, Albacora e Roncador, a construção de novas plataformas e navios no Brasil e a melhoria do diesel S-10 produzido nas refinarias de Paulínia (Replan) e de São José dos Campos (Revap). Dentro da área de Projetos Renováveis e descarbonização, pretendemos investir em implementação de plantas de BioQAV (querosene de aviação verde) e coprocessamento de óleo de origem vegetal em diversas refinarias para acelerar a visão de transição energética e também alavancar segmentos em que o Brasil já é uma potência, como o biorrefino e a geração de energia a partir de fonte eólica onshore ou solar e desenvolver novos negócios como hidrogênio sustentável e captura e estocagem de carbono (CCUS). Importante salientar que, dentro do novo Plano de Negócios 2025-2029, passamos de aproximadamente 6% de investimento de projetos de baixo carbono para os atuais estimados 15% dos investimentos. Somado a

isso, na carteira do PAC, finalizaremos o trem 2 da RNEST (concluindo também a ampliação do trem 1) e adicionaremos unidades de produção de combustíveis para dar robustez e qualidade à produção de derivados nacionais, tais como, por exemplo, uma nova unidade de hidrotreatamento de Diesel na REPLAN.



POLÍTICA NACIONAL DE INOVAÇÃO (ODS 7, 8 E 9): O programa Petrobras Conexões para a Inovação engloba iniciativas de inovação e tem como objetivo estabelecer parcerias e criar um ecossistema de inovação, envolvendo pesquisadores, estudantes, institutos, empresas e startups, tanto no Brasil como no exterior. Como resultado, atualmente temos uma rede com mais de 220 parceiros de inovação, mais de 9.000 pesquisadores colaborando interna e externamente, e mais de 900 parcerias em andamento. O programa Conexões para a Inovação acelera o desenvolvimento tecnológico e reduz o tempo de absorção dessas inovações, fortalecendo nosso relacionamento com instituições e universidades parceiras, estando alinhado aos objetivos da Política Nacional de Inovação ([Decreto nº 10.534/2020](#)). Nosso investimento em pesquisa, inovação e tecnologia tem se concentrado cada vez mais no desenvolvimento

de soluções ambientalmente eficientes e socialmente justas. Um exemplo é conclusão de um ano de operações bem-sucedidas da Boia Remota de Avaliação de Ventos Offshore (BRAVO) e o início da segunda fase do projeto, que contempla a construção e lançamento de outras cinco unidades na costa brasileira. A boia BRAVO possibilita a coleta, monitoramento e avaliação de recursos eólicos offshore, sendo uma tecnologia projetada de forma inédita para as condições do mar brasileiro, por meio de um projeto de PD&I. Essa fase do projeto resultará na maior campanha de mapeamento eólico offshore do Brasil, que fornecerá insumos valiosos para desenvolvimento de projetos eólicos offshore. A Petrobras entende que a tecnologia e o conhecimento são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Nossas metas de PD&I visam tanto a eficiência quanto a diversificação de negócios futuros, por meio da inovação, resultando em um portfólio de patentes cada vez mais robusto. O orçamento anunciado para PD&I no atual do Plano de Negócios para os próximos cinco anos é o maior da história da companhia: US\$ 4,2 bilhões em projetos, um crescimento de 17% em relação ao plano anterior, de US\$ 3,6 bilhões. A companhia conta com um dos maiores centros de pesquisas da América Latina, o Cenpes, que interage com todo o ecossistema inovador do país. Ao longo da última década, a Petrobras investiu mais de R\$26 bilhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, sendo a maior parte desse montante destinada a parcerias com Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs). Somente em 2024, foram

investidos R\$ 4,28 bilhões em PD&I. A obrigação de investimentos decorrente da cláusula de pesquisa, desenvolvimento e inovação dos contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural é regulamentada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) por meio da [Resolução ANP nº 918/2023](#), porém, os investimentos no desenvolvimento e implantação de tecnologias inovadoras não estão limitados ao cumprimento dessa obrigação. Os resultados desses investimentos em PD&I são refletidos em diversas premiações. A Petrobras foi a vencedora de três das seis categorias do Prêmio ANP de Inovação, foi classificada entre as 20 empresas mais inovadoras do Brasil pela MIT Technology Review e ficou em primeiro lugar em Petróleo e Gás e 9º lugar geral no Ranking 100 Open Startups, que elege as empresas com maior relacionamento com startups.

Importante destacar que todas as atividades da Petrobras, incluindo as acima mencionadas, estão alinhadas à nossa estratégia e objeto social, sendo implementadas em condições de mercado e precedidas das análises técnicas e do devido processo decisório. Essas iniciativas não apenas impactam em políticas públicas e estão alinhadas aos nossos valores estratégicos, mas também são lucrativas e essenciais para garantir a eficiência operacional, a inovação e a sustentabilidade da companhia a longo prazo.



Declaração de recursos

A Petrobras é uma empresa estatal não dependente, na forma do [Decreto nº 10.690/2021](#), ou seja, realiza todas as atividades necessárias para o seu funcionamento – bem como para os investimentos necessários às suas atividades – com recursos provenientes de seus resultados financeiros, conforme detalhado nas demonstrações financeiras de 2024, disponíveis em nosso [site de Investidores](#).

O Plano Plurianual (PPA), previsto no artigo 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, é o instrumento de planejamento que define as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal. O PPA tem como objetivo alinhar a ação governamental de forma estratégica, estabelecer prioridades e promover o desenvolvimento sustentável, alinhando a atuação das empresas estatais e seus investimentos às prioridades estabelecidas no Plano.

Neste sentido, no Plano Plurianual vigente, conforme [Lei nº 14.802/2024](#), os investimentos plurianuais do Sistema Petrobras estão presentes em um programa finalístico: 3103 – Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis, cujo público-alvo é a União, Estados e

Municípios, Empresas de exploração e produção de petróleo e gás natural, Agentes da cadeia de abastecimento de combustíveis e outros derivados, Consumidores de gás, derivados de petróleo e biocombustíveis.

O objetivo geral do referido programa finalístico é “Ampliar investimentos na exploração e produção de petróleo e gás natural, na infraestrutura de escoamento e processamento de gás natural, no abastecimento de combustíveis e na redução da dependência externa de derivados, de forma a promover a segurança energética e a proteção dos interesses do consumidor, aliado a uma maior ênfase na transição energética”.

O referido objetivo reflete o objetivo estratégico do Governo Federal de “Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética”.

São objetivos específicos do Programa, acompanhados pelo MME:

- Reduzir a dependência externa de derivados de petróleo;

- Melhorar o aproveitamento da produção de gás natural nacional, e;
- Aumentar as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

As ações orçamentárias da Petrobras encontram-se discriminadas em nosso Portal da Transparência, e estão alinhadas à estratégia e objeto social da companhia, sendo implementadas em condições de mercado e precedidas das análises técnicas e do devido processo decisório.

Enquanto o PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas para o desenvolvimento do país ao longo de um período de quatro anos, orientando a alocação de recursos e a execução de políticas públicas em diversas áreas, o Orçamento de Investimentos (OI) desempenha um papel crucial no monitoramento e na avaliação da implementação dessas ações, assegurando que os investimentos previstos sejam realizados de acordo com as prioridades estabelecidas e em alinhamento às estratégias vigentes.

Neste sentido, o [Projeto de Lei nº 26/2024-CN](#), em tramitação no Congresso Nacional, traz a previsão de investimentos, pela Petrobras, no ano de 2025, no montante de R\$140.729.645.000,00, divididos entre os seguintes programas:

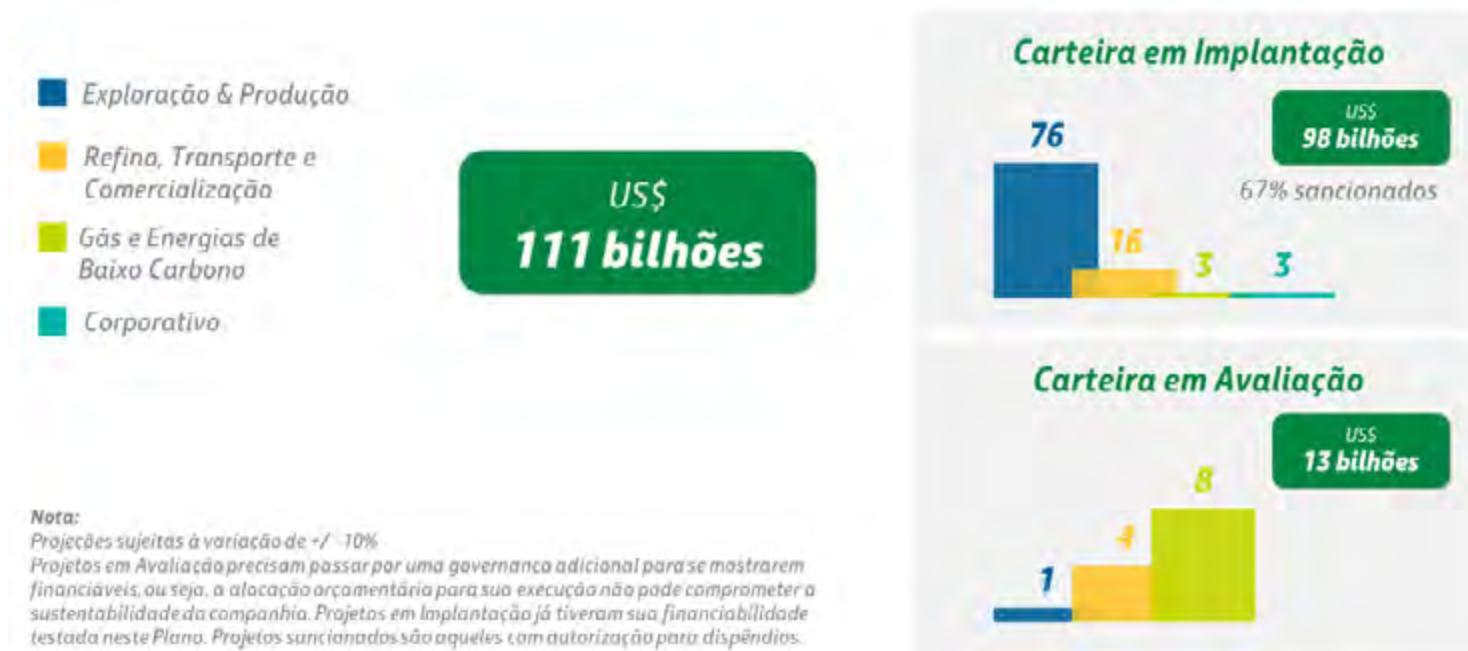
- **0035 Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais** - R\$2.483.121.000,00
 - **3101 Energia Elétrica** - R\$2.357.342.000,00
 - **3103 Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis** - R\$135.889.182.000,00



Dentre os principais projetos e atividades, podemos destacar:

- **Implantação de Infraestrutura Marítima Complementar de Produção de Petróleo e Gás Natural - Bacia de Santos]- Na Região Sudeste - R\$47.268.268.000,00;**
- **Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural – R\$35.838.400.000,00;**
- **Infraestrutura Operacional e Suporte para o Segmento de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - R\$12.462.372.000,00, e;**
- **Implantação de Infraestrutura Marítima de Produção de Petróleo e Gás Natural - Bacia de Campos - R\$7.322.582.000,00.**

Os investimentos mencionados anteriormente no Orçamento de Investimentos (OI) estão integrados no Plano de Negócios 2025-2029, aprovado por nosso Conselho de Administração em 21/11/2024, que prevê investimentos de US\$ 111 bilhões. Desse montante, US\$ 98 bilhões estão alocados na Carteira de Projetos em Implantação, enquanto US\$ 13 bilhões são destinados à Carteira de Projetos em Avaliação, que abrange oportunidades com menor grau de maturidade. Os projetos da Carteira em Avaliação devem passar por uma governança adicional para assegurar sua viabilidade financeira, garantindo que a alocação orçamentária para sua execução não comprometa a financiabilidade da companhia. O investimento total previsto para os próximos cinco anos é 9% superior ao volume previsto no PE 2024-28+ e está dividido da seguinte forma:



O Plano de Negócios 2025-2029 encontra-se detalhado em nosso [site de Investidores](#).

Aderência aos ODS e iniciativas ASG

A Petrobras é uma companhia comprometida com sua função social, que considera em seu planejamento estratégico, programas e projetos, a responsabilidade social, o respeito e a promoção dos direitos humanos, a atenção total às pessoas e a efetiva gestão dos riscos e impactos sociais e ambientais como elementos fundamentais em todo ciclo de vida dos negócios e produtos.

Em nosso Plano Estratégico 2050, reforçamos o posicionamento da companhia em relação às temáticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), integrando esses elementos em uma visão coesa. A seguir, apresentamos os quatro posicionamentos que guiarão nossas ações:

Nosso posicionamento em ASG



Nosso compromisso com a vida é um valor inegociável, e nossa reconhecida cultura pela segurança é reforçada diariamente para fortalecer a segurança operacional e das pessoas. Portanto, continuamos a manter a ambição de alcançar zero fatalidade e zero vazamento em nosso plano.

Em relação ao posicionamento Reduzir a Pegada de Carbono, atualizamos a representação da Mandala ASG para incluir, de forma explícita, não apenas a ambição Net Zero 2050, mas também as ambições de *Near Zero Methane* 2030 e de crescimento líquido neutro até 2030, o que representa uma redução de 40% em relação a 2015.

REDUZIR A PEGADA DE CARBONO

- Promover a **descarbonização intrínseca**, buscando a **neutralidade de emissões** operacionais até 2050, considerando a originação e a aquisição de **créditos de carbono** competitivos e de alta qualidade como **estratégia complementar**.
- Ampliar a oferta e o acesso à **energia e produtos de baixo carbono** em uma **transição custo-efetiva**, contribuindo para a redução da pobreza energética e para a redução da exposição do portfólio a emissões de GEE.
- Alavancar **ecossistemas de conhecimento e inovação** em soluções de baixo carbono.
- Colaborar com partes interessadas para acelerar oportunidades que ampliem a **inclusão e o desenvolvimento sustentável**.

CUIDAR DAS PESSOAS

- Ser vetor de **desenvolvimento socioambiental**.
- Ser referência em **direitos humanos** e na promoção da **diversidade, equidade e inclusão**.
- Promover o **bem estar** e o cuidado integral com a **saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras**.
- Promover a **segurança das pessoas** através de práticas que incorporam os **fatores humanos**, com foco no aprendizado organizacional.

PROTEGER O MEIO AMBIENTE

- Ser **“Positiva em Água”** nas áreas de criticidade hídrica onde atuamos, através da redução da captação de água doce e da melhoria da disponibilidade hídrica local, contribuindo para a **segurança hídrica**.
- Minimizar a geração e maximizar o reuso, reciclagem e recuperação de resíduos, promovendo práticas de **economia circular** e buscando a **destinação zero para aterros**.
- Promover ações de conservação, restauração e **ganhos em Biodiversidade** buscando **impacto líquido positivo** nas regiões em que atuamos.
- Aprimorar a **segurança de processo, a prontidão e a resposta às contingências** prevenindo e mitigando acidentes, vazamentos e impactos ambientais.

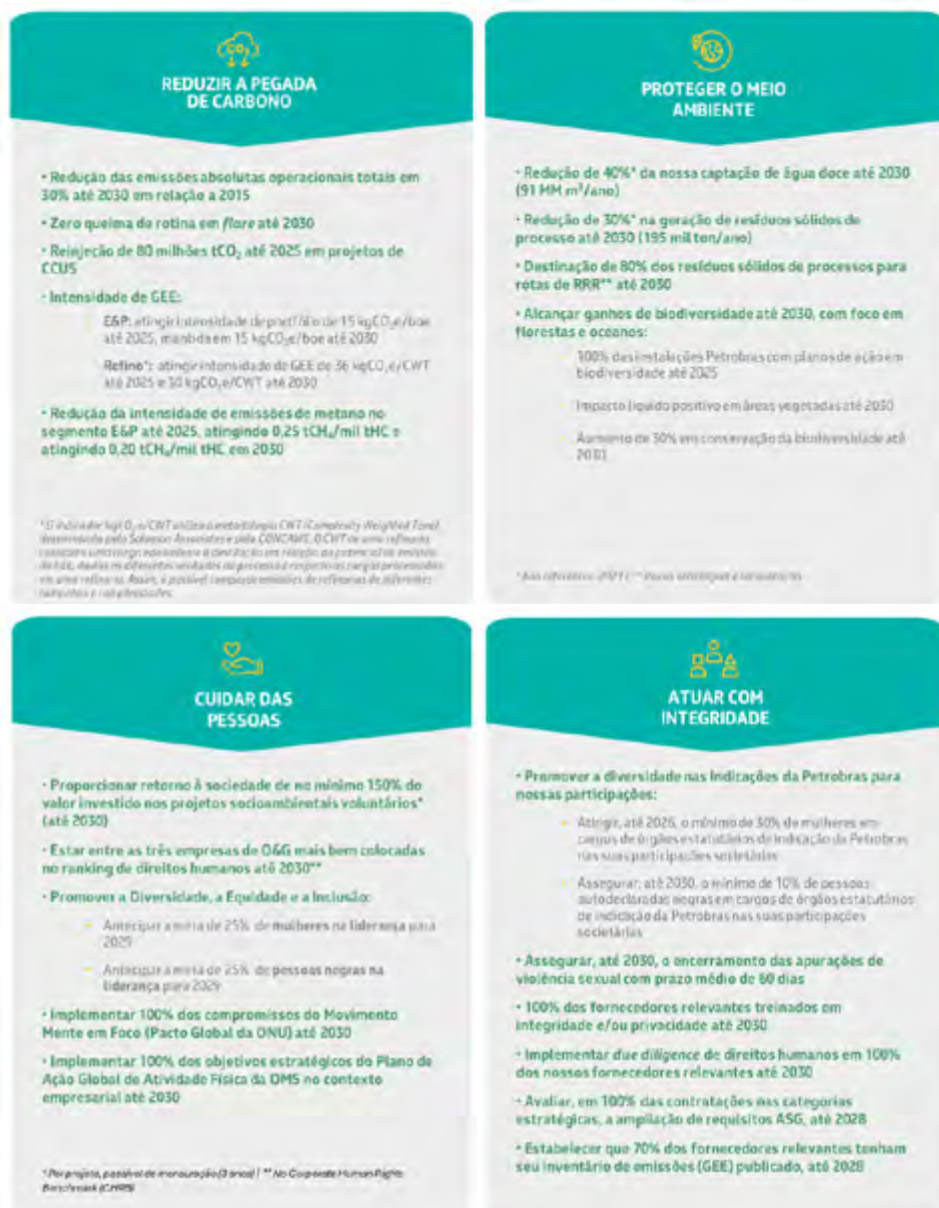
ATUAR COM INTEGRIDADE

- Fortalecer nosso modelo de governança, por meio da **promoção da diversidade, equidade e inclusão**.
- Atuar com excelência em **ética, integridade e transparência**.
- Fomentar a adoção de **práticas ASG** junto aos nossos **públicos de interesse**.

Para cada um desses posicionamentos, mantemos um conjunto de direcionadores relevantes que suportam e orientam nossas ações, projetos, programas e compromissos relacionados.

Os compromissos relacionados a cada um dos quatro posicionamentos da Mandala ASG permanecem consolidados em uma lista única, alinhada ao conceito de ASG integrado:

COMPROMISSOS ASG – PE 2050 E PN 2025-29



Em nosso Plano de Negócios 2025-2029, também detalhado em nosso [site de Investidores](#), prevemos investimentos de R\$ 1,5 bilhão nos próximos quatro anos em patrocínio a projetos socioambientais. Neste período, iremos apoiar cerca de 170 projetos, em parceria com organizações da sociedade civil de todas as regiões do país e que atuam em todos os biomas brasileiros. Alinhada a essa estratégia, a Petrobras



Temos o compromisso de proporcionar retorno à sociedade de, no mínimo, 150% do valor investido nos projetos socioambientais voluntários até 2030.

realiza uma série de iniciativas relacionadas às temáticas Ambiental, Social e Governança (ASG) e alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), dentre as quais podemos destacar como exemplos:

PROGRAMA PETROBRAS SOCIOAMBIENTAL (ODS 4, 8, 14 E 15)

O referido Programa tem como propósito contribuir para a sustentabilidade do negócio, apoiando iniciativas socioambientais que gerem valor para a Petrobras e a sociedade. As linhas de atuação do Programa são Educação, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Florestas e Oceano e as iniciativas apoiadas são executadas por organizações da sociedade civil parceiras.

Por meio do Programa Petrobras Socioambiental e da Iniciativa Floresta Viva, investimos cerca de R\$ 284 milhões em projetos sociais e ambientais (pela controladora no Brasil), sendo R\$ 36,8 milhões desse investimento em projetos que utilizam benefícios fiscais. Em 2024, concluímos o maior processo de seleção pública do Programa Petrobras Socioambiental. No período de 2024 a 2028, serão investidos R\$ 446 milhões em 63 projetos, o maior volume de recursos investidos em uma seleção socioambiental no Brasil.

Dentre as diretrizes do investimento socioambiental, está a atuação em sinergia com políticas públicas, de forma que as iniciativas apoiadas contribuem para resultados significativos, gerando benefícios que fortalecem e complementam essas estratégias de maneira efetiva, conforme destaques a seguir.

Todos os projetos apoiados nas linhas de Oceano e Florestas possuem ações direta de conservação e recuperação de espécies e biomas

brasileiros, em sinergia com a Política Nacional da Biodiversidade ([Decreto nº 4.339/2002](#)). Além disso, todas essas iniciativas realizam ações de educação ambiental, incluindo a atuação em escolas e participação na elaboração e implementação de seus planos pedagógicos, além de produzirem materiais didáticos nas temáticas socioambientais trabalhadas para uso escolar, além de atuarem na formação continuada de professores, contribuindo para a Política Nacional de Educação Ambiental. Um exemplo, foi a elaboração e oferecimento do livro infantil A Teia das Águas, pelo Projeto Coral Vivo, para alunos da rede pública municipal do Rio de Janeiro. A obra combina literatura e ciência para despertar nas crianças a curiosidade e esperança pela biodiversidade da Baía de Guanabara, reforçando valores ambientais desde a alfabetização. O livro foi adotado pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e distribuído para 55 mil alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, ampliando o impacto da literatura na formação de novas gerações comprometidas com a conservação ambiental.

Destacamos também que, com o objetivo de contribuir para a reversão da perda da biodiversidade, muitos projetos socioambientais colaboram com os [Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção \(PANs\)](#), seja por meio do apoio à elaboração dos planos, realização das ações estratégicas previstas ou, ainda, pela coordenação executiva desses planos em parceria com o ICMBio. O Projeto Golfinho Rotador, apoiado pela Petrobras





desde 2001, por exemplo, é membro do Grupo de Assessoramento Técnico do Plano de Ação Nacional para Conservação de Cetáceos Marinhos Ameaçados de Extinção (PAN Cetáceos Marinhos) e colaborador no Plano de Ação Nacional para a Conservação de Ecossistemas Coralinos (PAN Corais), atuando na elaboração e execução desses planos. A iniciativa também participa do processo de Avaliação do Estado de Conservação de Mamíferos Aquáticos do Brasil.

Por meio dos projetos de investimento socioambiental que realizam restauração florestal, colaboramos para o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), instituído pelo [Decreto nº 8.972/2017](#), ao impulsionar ações que promovem a recuperação de áreas degradadas em diferentes biomas brasileiros. Essas iniciativas fortalecem as metas do Planaveg ao integrar comunidades locais no processo de restauração, fomentar práticas sustentáveis e técnicas inovadoras, e contribuir para o aumento da conectividade ecológica, a proteção da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas. Além disso, os projetos promovem a geração de emprego e renda, alinhando-se aos objetivos de conservação e desenvolvimento sustentável previstos no plano. Cabe destacar aqui, o apoio à Iniciativa Floresta Viva, em parceria com o BNDES, para restauração de biomas brasileiros, que prevê o investimento conjunto de R\$ 118 milhões em um período de 7 anos.

Além disso, em 2024, a Petrobras e o BNDES assinaram um protocolo de intenções

para adesão ao programa Restaura Amazônia e lançamento de três editais de seleção de projetos para os estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Pará e Maranhão, com um investimento de R\$ 100 milhões nos próximos cinco anos. A iniciativa irá promover a recuperação de vegetação nativa na Amazônia Legal, contribuindo para transformar o atual “Arco do Desmatamento” no “Arco da Restauração” ao mesmo tempo em que promove a inclusão social das comunidades locais.

Na linha de atuação Florestas também há projetos que desenvolvem ações para o fortalecimento de povos indígenas e comunidades tradicionais, apoiando a elaboração e execução de seus planos, e colaborando para a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI ([Decreto nº 7.747/2012](#)) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT ([Decreto nº 6.040/2007](#)). Essas duas Políticas também são referência em nossas Diretrizes para o Relacionamento com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais lançadas em 2024.

Destacamos o apoio ao Projeto Berço das Águas, realizado pela Operação Amazônia Nativa, que atua na implementação de ações do Plano de Gestão Territorial e Ambiental dos territórios Rikbaktsa e na elaboração da segunda etapa do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Apiaká do Pontal e Isolados, envolvendo os municípios de Brasnorte, Apiacás, Cotriguaçu e Juara, no estado de

Mato Grosso. Os planos estabelecem ações prioritárias que possibilitam a proteção das áreas, o fortalecimento do manejo tradicional e sustentável de recursos naturais, a geração de alternativas econômicas para sustento e a manutenção da cultura indígena. Assim, contribuem para a conservação da biodiversidade e a regulação climática na região. As atividades envolvem apoio aos sistemas de vigilância e monitoramento de áreas, conservação por meio do manejo sustentável, comercialização de castanha e desenvolvimento de alicerces para o turismo de base comunitária na região.

Os projetos socioambientais das linhas de Florestas e de Desenvolvimento Econômico Sustentável também realizam ações para o combate à fome, garantia da segurança alimentar e fortalecimento da economia solidária, alinhados com políticas públicas como o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Aquisição de Alimentos.

O Projeto Florestas de Valor é um caso de iniciativa que apoia agricultores e agricultoras familiares de Alenquer e São Félix do Xingu, bem como quilombolas de Oriximiná (Pará), na organização documental, produtiva e comercial para acessarem os mercados institucionais, viabilizando a comercialização de produtos locais para a alimentação escolar, gerando renda direta para os beneficiados.

Nesta temática, também destacamos o

lançamento, em 2024, do Fundo Petrobras de Bioeconomia, gerido pela Régia Capital, uma plataforma de investimentos sustentáveis criada pela JGP e pela BB Asset. A Petrobras destinou um investimento inicial de R\$ 50 milhões, complementado por outros R\$ 50 milhões da Régia Capital, com o objetivo de apoiar projetos socioambientais e transformá-los em negócios sustentáveis que preservem o capital investido e gerem renda para as comunidades envolvidas.

Na área da Educação e Inclusão Social, a Petrobras apoia projetos que contribuem com a alfabetização de jovens e adultos, com a inclusão digital das comunidades e com atividades de reforço escolar em Língua Portuguesa e Matemática para crianças e adolescentes, em consonância com a Política Nacional de Educação ([Lei nº 9.394/1996](#)).

Em consonância com esta temática e em alinhamento à Política Nacional de Emprego e Renda (Lei nº 7.998/1990) destacamos o Programa Autonomia e Renda, que atua na qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou desempregadas para ampliar as oportunidades de empregabilidade no segmento de óleo e gás. O Programa prioriza a qualificação de grupos minorizados, como mulheres, pessoas pretas e pardas, pessoas transgênero, pessoas com deficiência e refugiados, alinhado com a Política Nacional de Igualdade de Gênero ([Lei nº 11.340/2006](#)). Além de capacitações

em carreiras de nível técnico e de formação inicial e continuada, os estudantes recebem reforço de língua portuguesa e matemática e têm acesso a ações de desenvolvimento de competências socioemocionais e pessoais (soft skills). Durante a permanência nos cursos, os participantes recebem bolsa auxílio (mulheres com filhos com até 11 anos de idade receberão bolsa auxílio adicional), em alinhamento com a Política Nacional de Proteção Social Básica - Marco Referencial Lei Organiza de Assistência Social (Lei 8.742/1993).

Além disso, nas áreas de Esporte e Lazer, projetos de esporte educacional oferecem oportunidades de desenvolvimento integral





para crianças e adolescentes, enquanto eventos de saúde promovem um estilo de vida ativo, em consonância com a Política Nacional do Esporte ([Lei nº 14.597/2023](#)). A Petrobras também apoia projetos de formação de atletas, que identificam e apoiam talentos locais. Por fim, na área de Cultura e Cidadania, iniciativas culturais são fomentadas, com a realização de atividades artísticas no contraturno escolar para crianças e adolescentes, com a criação de bibliotecas comunitárias que promovem leitura e acesso à informação, além de projetos de memória e patrimônio cultural que celebram a história e a identidade das comunidades, em linha com a Política Nacional de Democratização do Acesso à Cultura ([Lei nº 8.313/1991](#)).

No âmbito do Meio Ambiente e Sustentabilidade, iniciativas de educação ambiental mobilizam a população, enquanto projetos de reflorestamento e conservação da biodiversidade estão alinhados com a Política Nacional da Biodiversidade ([Decreto nº 4.339/2002](#)) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação ([Lei nº 9.985/2000](#)). Projetos com foco no desenvolvimento de hortas comunitárias em regiões urbanas e em Unidades Educacionais contribuem para a promoção da Segurança Alimentar e Nutrição, em apoio à Política Nacional de Segurança Alimentar ([Lei](#)

[nº 11.346/2006](#)), com distribuição de alimentos frescos e programas de educação nutricional que ensinam a importância de uma alimentação balanceada.

Já as ações em prol dos Direitos Humanos e Igualdade de Gênero incluem campanhas de conscientização que têm sensibilizado as comunidades da área de abrangência das operações da Petrobras, além da disponibilização de assistência psicológica e jurídica às vítimas de violência, alinhadas à Política Nacional de Igualdade de Gênero ([Lei nº 11.340/2006](#)). Além do atendimento individualizado de vítimas de violações por equipe multidisciplinar os projetos com essa temática possuem grupos de apoio que proporcionam espaços seguros para discussão e suporte mútuo.

No campo do Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, cursos de qualificação profissional estão preparando jovens e adultos para a entrada no mercado de trabalho, em alinhamento com o Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego. Nesse sentido destacamos o Programa Autonomia e Renda Petrobras, lançado no segundo semestre de 2024. Ele tem foco na qualificação profissional de cerca de

20 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social e moradoras da área de abrangência das operações da Petrobras em 7 estados para atuação no segmento de Óleo e Gás. Por meio do Programa a Petrobras espera contribuir com o aproveitamento de mão de obra local na cadeia de fornecedores da companhia. Os cursos priorizam participantes pertencentes a grupos minorizados, como mulheres, pessoas pretas e pardas, pessoas transgênero, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e refugiados, fortalecendo ainda o compromisso da Petrobras com a diversidade em suas operações. O Programa Autonomia e Renda Petrobras é uma parceria com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e com o Sesi-SENAI.

A Petrobras também apoia projetos voltados para o fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, em alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos ([Lei nº 12.305/2010](#)), além de integrar formalmente o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) do Governo Federal.

Em resposta à calamidade provocada pela

emergência climática no Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024 a Petrobras está apoiando o projeto Conexões Sustentáveis: Fortalecendo a Cadeia da Reciclagem no Estado do RS, desenvolvido pelo Instituto Caminhos Sustentáveis. O projeto irá beneficiar diretamente 360 catadores e prevê a reestruturação de organizações de catadores de materiais recicláveis e apoio a organização e inclusão de catadores que atuam de forma individual nos municípios de Canoas e Esteio (RS), por meio de ações técnicas, de qualificação, mobilização social e fomento ao empreendedorismo. Haverá ainda a aquisição de equipamentos e adequação estrutural nos espaços das cooperativas, assessoria técnica às organizações, capacitações para o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais e ações de conscientização e educação ambiental para as comunidades dos municípios abrangidos.

Também em 2024, aprovamos a ampliação do Programa Petrobras de Voluntariado, que passou a incluir a participação da força de trabalho contratada. Também ampliamos a possibilidade de abono de até 80 horas por ano para empregados próprios, para atuação em trabalho voluntário em contexto de emergência ou de calamidade pública oficialmente declarada pelas autoridades administrativas governamentais.

Podemos citar ainda os projetos socioambientais que atuam no estímulo ao microempreendedorismo, fortalecendo

a economia local, em conformidade com a Política Nacional de Economia Solidária ([Lei nº 12.101/2009](#)). Um exemplo é o projeto Rede Solidária de Mulheres de Sergipe, desenvolvido pela Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba (Ascamai). O projeto é voltado para o desenvolvimento de competências para o trabalho de cerca de 400 mulheres pertencentes à comunidade tradicional de catadoras de mangaba. A partir da estruturação desse grupo em uma cooperativa as mulheres estão recebendo apoio técnico para a produção e comercialização de produtos provenientes da mangaba, contribuindo para a geração de renda do grupo.

Além de monitorar indicadores específicos dos projetos apoiados, realizamos estudos de avaliação de impacto dos projetos e análises do retorno socioambiental sobre o investimento, utilizando as metodologias *Social Return on Investment* (SROI) e sua variante de Análise Custo-Benefício (ACB). Essas metodologias convertem em valores monetários as transformações ambientais,

Desde 2019, avaliamos 41 projetos socioambientais de diferentes linhas de atuação do Programa Petrobras Socioambiental, os quais apresentaram um retorno médio de R\$ 4,80 em benefícios sociais e ambientais para cada real investido pela Petrobras. Esse retorno é calculado como a relação entre o valor total do impacto social gerado pelos projetos avaliados, que alcançou R\$ 750 milhões, e o investimento total realizado, de R\$ 156 milhões, valores que correspondem aos valores correntes estimados no momento de avaliação de cada projeto.





Este processo visa garantir que os projetos socioambientais criem valor para beneficiários e comunidades envolvidas, além de promover a melhoria contínua dos projetos.

A Petrobras promove também ações de apoio à sociedade em situações de calamidade derivadas de mudanças climáticas, buscando contribuir para o desenvolvimento social do país e socorro às vítimas de consequências dos efeitos decorrentes. Além dos projetos realizados por meio do Programa Petrobras Socioambiental, a companhia realiza doações de bens e recursos financeiros com esse intuito. Em 2024, a Petrobras doou aproximadamente R\$ 26 milhões em apoio a população do Rio Grande do Sul, por conta das graves enchentes que assolaram o Estado. Esse montante desdobrou-se em ações de distribuição de água, alimentos, kits de higiene e limpeza, equipamentos de cozinha, estrutura de abrigo para acolhimento a famílias desabrigadas, distribuição de combustíveis para aeronaves de apoio e resgate, bem como de veículos

do poder público atuantes na contenção dos efeitos derivados das enchentes. Além disso, apoio com EPIs, módulos sanitários em locais estratégicos para as populações atingidas, barreiras de contenção de alagamentos, além de testes de doenças infectocontagiosas em animais. Particularmente nos municípios de Canoas e Esteio, contribuiu com o poder público na iniciativa de retorno de pessoas atingidas e em situação de vulnerabilidade social com a distribuição de fogões, geladeiras, itens de dormitórios, camas, colchões, guarda-roupas e itens de cesta-básica para que famílias recomponham itens de habitação após a tragédia ocorrida.

PROGRAMA PETROBRAS CULTURAL (ODS 11): O Programa Petrobras Cultural tem a brasilidade como princípio norteador, refletida nas temáticas, origens, curadoria, história e características dos projetos que apoiamos. Por meio do incentivo a diversas iniciativas, reafirmamos nossa convicção de que a cultura é uma força essencial para a transformação da sociedade. Com criatividade e inspiração, impulsionamos crescimento e mudanças.

Em 2024 realizamos a Seleção Petrobras Cultural – Novos Eixos destinando R\$ 250 milhões para fomentar a cultura brasileira. Esse processo, que garantiu transparência e democratização no acesso aos



patrocínios da companhia, selecionou 140 projetos que serão integrados ao programa conforme a conclusão das contratações. As iniciativas selecionadas estão organizadas em quatro eixos temáticos.

Em 2024, 98 patrocínios já contratados integraram o Programa Petrobras Cultural, promovendo o desenvolvimento da cultura e contando com a Lei Federal de Incentivo à Cultura ([Lei nº 8.313/1991](#)) e Leis Estaduais de incentivo Cultural, que permitem a renúncia fiscal para empresas que direcionam parte de seus impostos ao fomento cultural.

AÇÕES RELACIONADAS À DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS (ODS 3, 5, 8, 10):

Em 2023 e 2024, a companhia aderiu, respectivamente, às iniciativas do Ministério das Mulheres “Brasil sem Misoginia” e “Feminicídio Zero”, e vem realizando diversas ações internas de prevenção e combate à violência contra a mulher, alinhado ao Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio ([Decreto nº 11.640/2023](#)) e à [Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres](#).

Lançado em 2023, o Programa Petrobras contra as Violências Sexuais e no Trabalho (PPCVST) contempla ações de combate e prevenção à violência contra a mulher, incluindo realização de palestras, rodas de conversas escutas e disponibilização de EADs sobre a temática. (RS) A Petrobras colabora com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio de iniciativas e projetos sociais que promovem a conscientização e prevenção da

violência de gênero.

Um dos objetivos do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual ([Lei nº 14.540/2023](#)) é o enfrentamento à prática do assédio sexual, orientando procedimentos para encaminhamento de reclamações e denúncias de assédio sexual, demais crimes contra a dignidade sexual ou de qualquer forma de violência sexual. (RD) Neste sentido, a Petrobras criou estruturas específicas para a realização de apurações e condução de processos disciplinares das denúncias envolvendo relações de trabalho, incluindo as violências sexuais, em consonância com o Programa Petrobras contra a Violência Sexual e do Trabalho (PPCVST).

A Petrobras colabora com o Programa Emprega + Mulheres e Jovens ([Lei nº 14.457/2022](#)) por meio de projetos sociais que visam promover a inclusão e a inserção dessas populações no mercado de trabalho, capacitações e apoio ao empreendedorismo.

Oferecemos a possibilidade de a empregada optar pela substituição da prorrogação da licença pela redução de jornada de trabalho em 50% por 120 dias. (RH) Ao instituímos a prorrogação da licença maternidade (gestante ou adotante) por mais 60 dias e prorrogação da licença paternidade por mais 5 dias, perfazendo o total de 10 dias, contribuimos para o Programa Empresa Cidadã ([Lei nº](#)





[11.770/2008](#)), que concede benefícios fiscais às empresas aderentes. Vale lembrar que, em função de previsão no ACT, o prazo máximo da licença paternidade na Petrobras é de 30 dias.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, do Ministério das Mulheres, tem o objetivo de promover a igualdade de gêneros e raça no mercado de trabalho e eliminar a discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego. A Petrobras já conquistou os seis Selos das edições anteriores do Pró-Equidade de Gênero e Raça por esse trabalho.



Para a participação na 7ª Edição do Programa, foi assinado o termo de compromisso e elaborado um Plano de Ação que deve ser executado até março de 2026 para recebermos o selo da sétima edição do programa.

Em nossos processos seletivos públicos, reservamos percentual de vagas para pessoas negras (conforme [Lei nº 12.990/2014](#)) e também para pessoas com deficiência (conforme [Decreto nº 9.508/2018](#)).

Temos diversos projetos que, por meio do investimento socioambiental, promovem a equidade entre os gêneros, combatem a discriminação e a violência de gênero e garantem

os direitos das mulheres. Buscamos fomentar a participação feminina em todas as esferas da sociedade, promovendo políticas públicas que assegurem igualdade de oportunidades e fortaleçam a autonomia das mulheres.

A Petrobras integrou o grupo de trabalho que elaborou o Pacto pela Igualdade Racial, conduzido pelo Ministério da Igualdade Racial, constituído com o objetivo de debater e propor ações que promovam a igualdade racial no âmbito empresarial público e privado, a constarem em um plano de ações. O Programa de Equidade Racial da Petrobras, aprovado em novembro de 2023, em seu eixo 6 trata do relacionamento com o Poder Público, e tem a estratégia de participar da formulação e revisão de políticas públicas. Outros eixos visam capacitar a liderança e preparar profissionais negros e negras a assumir funções de liderança, promover a questão em nossa cadeia de fornecedores e parceiros. Além disso, por meio do investimento socioambiental, nossos projetos visam combater a discriminação racial, promover igualdade de oportunidades e valorizar a diversidade étnica, através de ações em educação, cultura e desenvolvimento econômico, garantindo direitos e promovendo a cidadania, em aderência à Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR ([Decreto nº 4.886/2003](#)).

Em 2024, como desdobramento de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

(MDHC), assinado em 2023, desenvolvemos as ações previstas em seu plano de trabalho. Foram realizadas oficinas para apresentação e discussão da governança, políticas e práticas da Petrobras em direitos humanos com vistas a seu aperfeiçoamento.

Em alinhamento ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite ([Decreto nº 11.793/2023](#)), que tem como objetivo promover o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, a Petrobras, em 2024 ofertou 7 turmas de letramento e sensibilização para lideranças sobre abordagem às pessoas com deficiência, com mais de 200 pessoas capacitadas nas questões de gestão inclusiva e combate ao capacitismo no ambiente de trabalho. (RH) Além disso, lançamos a Comissão de Acessibilidade e Inclusão, que está analisando toda a jornada da pessoa com deficiência e propondo melhoria e/ou criação de fluxos de atendimento desde o processo seletivo até o desligamento. Atualizamos a Cartilha sobre abordagem inclusiva da Pessoa com Deficiência, com foco em combate ao capacitismo e realizamos campanha e eventos ao longo do mês de setembro de 2024 voltados à sensibilização da força de trabalho sobre temas relacionadas à pessoa com deficiência. Também realizamos diagnóstico de

acessibilidade em instalações da companhia e geramos planos de ação para a implementação das melhorias identificadas. Com a colaboração da área de TIC, estamos realizando diagnóstico e implementação de ações de acessibilidade digital na Petrobras.

Considerando as melhores práticas de governança corporativa, a Petrobras publica anualmente o Relatório de Sustentabilidade, o Resumo Executivo do Relatório de Sustentabilidade, o Caderno de Direitos

Humanos e Cidadania Corporativa e o Caderno de Clima que, em conjunto com a presente Carta Anual, prestam contas, mantendo um relacionamento transparente com nossos públicos de interesse e a sociedade em geral. Estes relatórios estão disponíveis em nosso site de Investidores.



GOVERNANÇA CORPORATIVA



As boas práticas de governança corporativa e compliance constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Nossa prioridade é atuar sempre orientados pela ética, pela integridade e pela transparência. Adicionalmente, considerando nossa atuação em mercados cada vez mais competitivos, é importante que nosso modelo de governança assegure o equilíbrio entre eficiência e controle para nos garantir atuação ágil e segura ao mesmo tempo.

Nos últimos anos, implementamos avanços significativos na governança corporativa e nos nossos sistemas de integridade, compliance e controles internos. Adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforçam nosso propósito, valores e compromisso com a melhoria contínua e alinhamento às melhores práticas do mercado.

Neste sentido, realizamos constantemente melhorias em nossas práticas e em nossos principais instrumentos de governança, como o Estatuto Social; regimentos internos do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos comitês de assessoramento a estes órgãos; políticas e códigos, entre outros.

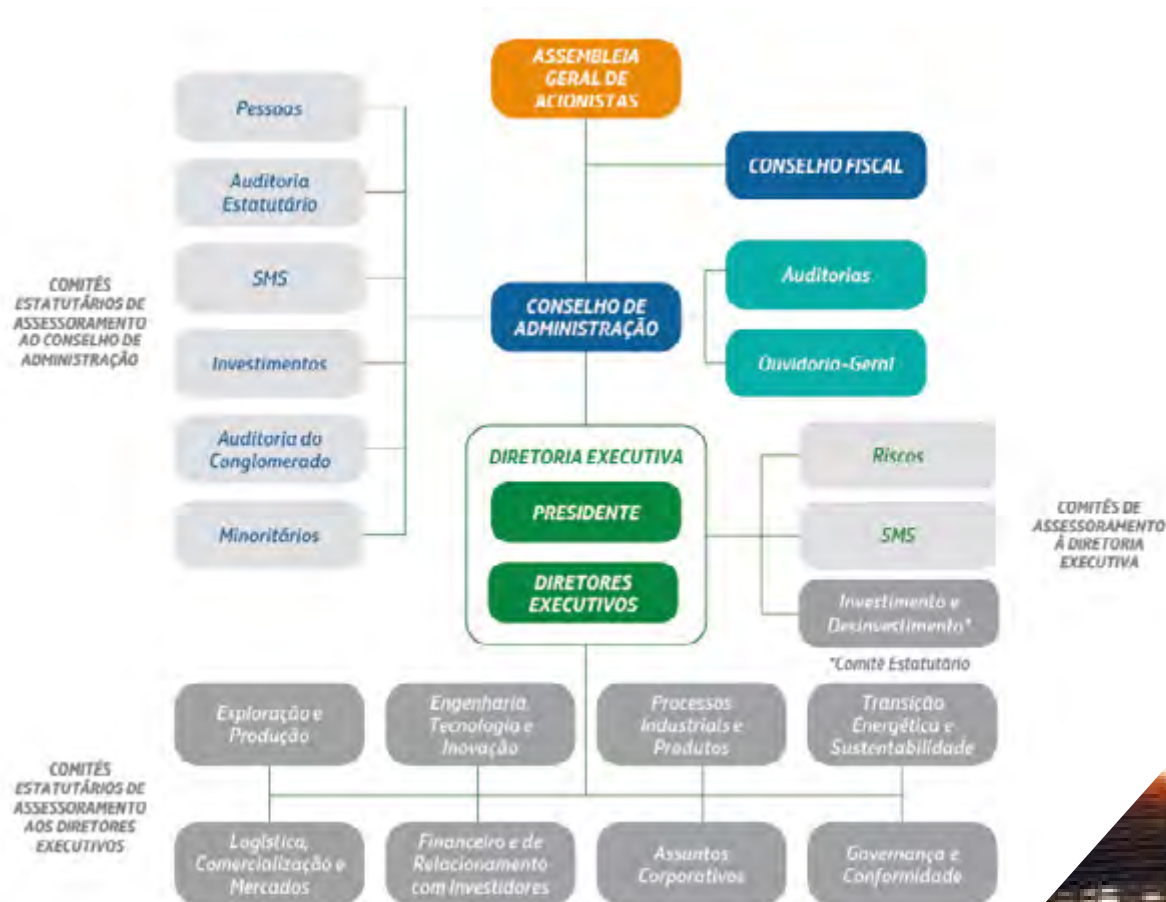
Nosso modelo de governança, expresso em nossa Política de Governança Corporativa e Societária, tem como objetivo contribuir para: (i) garantir a nossa sustentabilidade e a perenizarão das melhores práticas de governança; (ii) aprimorar o processo decisório na alta administração; (iii) aprimorar os nossos

processos de planejamento, controles e desempenho; (iv) aumentar a transparência e a divulgação de informações; (v) fortalecer a nossa imagem institucional e a nossa reputação; e (vi) gerar valor para os acionistas e demais partes interessadas, de forma ética e sustentável.

Esse modelo tem seu funcionamento orientado pelos seguintes princípios: (i) transparência; (ii) respeito e tratamento equânime aos acionistas e demais partes interessadas; (iii) prestação de contas; (iv) responsabilidade econômica, social e ambiental; e (v) respeito aos requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atuamos.

3.1 Informações Societárias e de Governança Corporativa da Petrobras

Nossa estrutura de governança corporativa é composta por: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus comitês (Comitês do CA), Auditorias (Interna e Externa), Ouvidoria-Geral, Diretoria Executiva e seus comitês, conforme figura a seguir:



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão colegiado de orientação e direção superior da Petrobras, responsável por fixar a orientação geral dos nossos negócios, definir nossa missão, nossos objetivos estratégicos e diretrizes, bem como monitorar sua execução e gestão pela Diretoria Executiva. É composto por, no mínimo, sete e, no máximo, onze membros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com prazo de gestão unificado, que não poderá ser superior a dois anos, admitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

As indicações para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal devem observar as vedações e requisitos previstos na legislação e em nosso Estatuto Social e Política de Indicação. As indicações para o Conselho de Administração são previamente apreciadas pelo Comitê de Pessoas, enquanto Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da Petrobras, e pelo Conselho de Administração, que auxiliam os acionistas, opinando sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições, bem como o enquadramento dos candidatos nos critérios de independência pertinentes, quando aplicável.

Nosso Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 40% de membros independentes, enquanto a [Lei nº 13.303/2016](#) e o regulamento do Nível 2 da B3 exigem, respectivamente, 25%

e 20%. Atualmente, temos 55% de membros independentes, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do artigo 22, §1º, [Lei nº 13.303/2016](#), do artigo 36, §1º, do [Decreto nº 8.945/2016](#), da [Resolução da Comissão de Valores Mobiliários \(CVM\) nº 80/2022](#), do artigo 18, §5º, do [Estatuto Social](#) e do [Regulamento do Nível 2](#), respeitando-se o critério mais rigoroso das obrigações legais, em caso de divergência entre as regras.

De acordo com nosso Estatuto Social, o CA deve ser composto apenas por membros externos, sem vínculos estatutários ou empregatícios atuais com a companhia, exceto o nosso presidente e o membro eleito pelos empregados. As funções de presidente do CA e de presidente da Petrobras ou principal executivo não são exercidas pela mesma pessoa, em linha com as melhores práticas de governança corporativa.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- 11 membros
- 1 representante dos empregados
- 2 mulheres
- 2 pessoas autodeclaradas negras

Vedação de acúmulo das funções de presidente do CA e CEO

Conheça [aqui](#) nossos Conselheiros de Administração

PIETRO ADAMO SAMPAIO MENDES

Presidente do Conselho de Administração | Indicado pelo Acionista Controlador / Membro não independente

MAGDA CHAMBRIARD

Conselheira | Indicada pelo Acionista Controlador / Membro não independente | Presidente

ALOISIO MACÁRIO FERREIRA DE SOUZA

Conselheiro | Indicado pelos Acionistas Minoritários Detentores de Ações Ordinárias / Membro independente

BRUNO MORETTI

Conselheiro | Indicado pelo Acionista Controlador / Membro não independente

FRANCISCO PETROS

Conselheiro | Indicado pelos Acionistas Minoritários Detentores de Ações Ordinárias / Membro independente

JERÔNIMO ANTUNES

Conselheiro | Indicado pelos Acionistas Minoritários Detentores de Ações Preferenciais / Membro Independente

JOSÉ FERNANDO COURA

Conselheiro | Indicado pelo Acionista Controlador / Membro independente

JOSÉ JOÃO ABDALLA FILHO

Conselheiro | Indicado pelos Acionistas Minoritários Detentores de Ações Ordinárias | Membro independente

RAFAEL RAMALHO DUBEUX

Conselheiro | Indicado pelo Acionista Controlador / Membro independente

RENATO CAMPOS GALUPPO

Conselheiro | Indicado pelo Acionista Controlador / Membro independente

ROSANGELA BUZANELLI TORRES

Conselheira | Eleita pelos Empregados / Membro não independente

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

Nosso Conselho de Administração conta com seis comitês de assessoramento, com a missão assessorá-lo no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior da companhia. Os comitês poderão ser compostos por membros do Conselho de Administração e/ou por profissionais de mercado de notória experiência e capacidade técnica. Veja a seguir as principais atribuições de cada um dos comitês do CA:

- **Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (CSMS):** assessorar o CA no estabelecimento de políticas e diretrizes relacionadas à gestão estratégica de SMS, mudanças climáticas, transição para uma economia de baixo carbono, responsabilidade social, entre outros assuntos. Esse comitê também monitora indicadores de SMS e pesquisas de imagem e reputação, sugerindo ações quando necessário.
- **Comitê de Investimentos (COINV):** assessorar o CA sobre plano de negócios e demais questões de natureza estratégica, incluindo políticas financeiras, e monitorar suas respectivas execuções. Esse comitê também é responsável por assessorar o CA com relação a oportunidades de negócios, investimentos e/ou desinvestimentos, fusões, incorporações e cisões. Além

disso, o COINV assessorar o CA na análise do nosso programa anual de financiamento.

- **Comitê de Auditoria Estatutário (CAE):** assessorar o CA na análise das demonstrações financeiras consolidadas anuais e trimestrais, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS); assessorar o CA no estabelecimento de políticas globais relativas à avaliação e ao gerenciamento de riscos; avaliar e monitorar as nossas exposições a risco; receber, encaminhar e monitorar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, em matérias relacionadas ao escopo de nossas atividades; analisar os relatórios sobre controles internos relacionados a aspectos financeiros, contábeis, operacionais, legais e éticos, elaborados pela auditoria interna e pelas unidades responsáveis pelas avaliações desses controles, e verificar o cumprimento das recomendações contidas nesses relatórios; supervisionar as atividades das áreas responsáveis por controles internos, auditoria interna e ouvidoria; tomar conhecimento das atividades de governança e conformidade; avaliar e monitorar, juntamente com a

administração e a auditoria interna, a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção; zelar pela adoção, manutenção e aprimoramento de boas práticas de conformidade legal e integridade pela companhia, reportando-se ao CA quando julgar necessário; e avaliar os seguintes relatórios, para, conforme o caso, publicação em nosso site na internet e arquivamento na CVM: Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas.

- **Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO):** criado para atender aos requisitos da [Lei nº 13.303/2016](#), que prevê a possibilidade de as sociedades controladas compartilharem os custos e as estruturas de suas respectivas controladoras. É responsável por ser o comitê de auditoria das sociedades do Conglomerado Petrobras que não possuem comitê de auditoria local. Atua também no assessoramento do Conselho de Administração da Petrobras na emissão de orientação para as sociedades do conglomerado com relação às matérias previstas em seu regimento interno.

- **Comitê de Pessoas (COPE):** auxiliar o CA em todos os aspectos relacionados à gestão de recursos humanos da alta administração, incluindo, mas não se limitando a: remuneração (fixa e variável), nomeações e políticas de sucessão, bem como seleção e elegibilidade. O Comitê de Pessoas atua, em conformidade com a [Lei nº 13.303/2016](#) e o [Decreto nº 8.945/2016](#), no assessoramento dos acionistas quanto à indicação de membros para o CA e Conselho Fiscal. O COPE também assessora o CA na eventual aplicação de medida do sistema de consequência a membros da Direção Superior e membros externos dos comitês do CA, além de atuar como última instância recursal de procedimentos disciplinares. O Comitê monitora pesquisas de imagem e reputação, recomendando ações quando pertinente.
- **Comitê de Minoritários (COMIN):** assessorar o CA em transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas autarquias e fundações e empresas estatais federais, quando em condições fora do curso normal da Petrobras. O COMIN também realiza o aconselhamento dos acionistas, emitindo parecer sobre determinados assuntos de competência da Assembleia Geral, na forma do artigo 30, §4º do nosso [Estatuto Social](#).

- A composição e as regras de funcionamento dos comitês de assessoramento ao nosso Conselho de Administração são disciplinadas em regimentos internos próprios, aprovados pelo Conselho, disponíveis em nosso [site de Investidores](#).

DIRETORIA EXECUTIVA

É o órgão responsável pela gestão dos nossos negócios, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva é composta por um presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e oito diretores executivos, eleitos pelo Conselho para um prazo de gestão unificado de até dois anos sendo permitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

Os membros da Diretoria Executiva são responsáveis por gerir suas respectivas áreas de contato, conforme atribuições previstas no Plano Básico de Organização, bem como por meio de reuniões da Diretoria Executiva.

Os indicados para os cargos de presidente e diretores executivos passam por análises internas para verificar o cumprimento dos requisitos legais, além daqueles previstos em nosso Estatuto Social e na Política de Indicação.

DIRETORIA EXECUTIVA

- 9 membros
- 4 mulheres

Conheça [aqui](#) nossos Diretores Executivos

CLAUDIO ROMEO SCHLOSSER

Diretor Executivo de Logística, Comercialização e Mercados

CLARICE COPPETTI

Diretora Executiva de Assuntos Corporativos

CLARICE CFERNANDO SABBI MELGAREJO

Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

Presidente

MAURÍCIO TIOMNO TOLMASQUIM

Diretor Executivo de Transição Energética e Sustentabilidade

RENATA FARIA RODRIGUES BARUZZI LOPES

Diretora Executiva de Engenharia, Tecnologia e Inovação

RICARDO WAGNER DE ARAUJO

Diretor Executivo de Governança e Conformidade

SYLVIA MARIA COUTO DOS ANJOS

Diretora Executiva de Exploração e Produção

WILLIAM FRANÇA DA SILVA

Diretor Executivo de Processos Industriais e Produtos

COMITÊS TÉCNICOS ESTATUTÁRIOS (CTE)

Os CTEs são órgãos colegiados, de caráter consultivo, previstos no Estatuto Social, compostos por titulares da nossa estrutura geral, e com vínculo de assessoramento a um membro da Diretoria Executiva.

Os membros da Diretoria Executiva contam com até oito Comitês Técnicos Estatutários de assessoramento, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, na forma do respectivo regimento interno, observado o disposto no artigo 160 da [Lei nº 6.404/1976](#).

Atualmente, estão em funcionamento os seguintes Comitês Técnicos Estatutários:

- ***Comitê Técnico Estatutário de Transição Energética e Sustentabilidade;***
- ***Comitê Técnico Estatutário de Engenharia, Tecnologia e Inovação;***
- ***Comitê Técnico Estatutário de Exploração e Produção;***
- ***Comitê Técnico Estatutário de Processos Industriais e Produtos;***
- ***Comitê Técnico Estatutário de Logística, Comercialização e Mercados;***
- ***Comitê Técnico Estatutário Financeiro e de Relacionamento com Investidores;***
- ***Comitê Técnico Estatutário de Governança e Conformidade; e***

• ***Comitê Técnico Estatutário de Assuntos Corporativos.***

Adicionalmente, a Diretoria Executiva conta com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento, a ela vinculado, para os assuntos relacionados ao acompanhamento e execução de projetos de investimento e de desinvestimento da companhia.

A composição e as regras de funcionamento dos Comitês Técnicos Estatutários são disciplinadas em regimento aprovado pelo Conselho de Administração, disponível em nosso [site de Investidores](#).

A Diretoria Executiva também pode criar comitês de natureza deliberativa ou consultiva, vinculados a este órgão ou diretamente a um de seus membros. Esses comitês são compostos por gestores de diferentes áreas da companhia, de forma a garantir uma visão multidisciplinar nas análises e discussões das matérias, bem como no processo de tomada de decisão.

A composição e as regras de funcionamento desses comitês, denominados Comitês Executivos, são disciplinadas em regimentos aprovados pela Diretoria Executiva. Atualmente, estão em funcionamento os seguintes Comitês Executivos:

- Comitê Executivo de Riscos; e
- Comitê Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

CONSELHO FISCAL

É um órgão colegiado, de caráter permanente, não integrante da administração, ao qual cabe fiscalizar o cumprimento dos deveres legais e estatutários dos administradores e defender os interesses da Petrobras e de seus acionistas.

O Conselho Fiscal é atualmente composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com prazo de atuação de um ano, permitidas duas reeleições consecutivas.

Existe um calendário das reuniões ordinárias do Conselho Fiscal, visando a execução do Plano de Trabalho. Adicionalmente, o Colegiado participa de reuniões conjuntas com o Comitê de Auditoria Estatutário, visando apreciação de matérias, principalmente, correlacionas às Demonstrações Financeiras, à Administração de Riscos, Governança e Conformidade.

CONSELHO FISCAL

- **5 membros titulares e 5 membros suplentes**
- **2 mulheres (2 titulares)**
- **1 pessoa autodeclarada negra (1 titular)**

Conheça [aqui](#) nossos Conselheiros Fiscais

DANIEL CABALEIRO SALDANHA

Eleito pelo Acionista Controlador

Conselheiro Titular

CRISTINA BUENO CAMATTA

Eleita pelo Acionista Controlador

Conselheira Titular

VIVIANE APARECIDA DA SILVA VARGA

Eleita pelo Acionista Controlador

Conselheira Titular

RONALDO DIAS

Eleito pelos Acionistas Minoritários Ordinaristas

Conselheiro Titular

REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE

Eleito pelos Acionistas Preferencialistas

Conselheiro Titular

GUSTAVO GONÇALVES MANFRIM

Eleito pelo Acionista Controlador

Conselheiro Titular

SIDNEI BISPO

Eleito pelo Acionista Controlador

Conselheiro Suplente

DAVID REBELO ATHAYDE

Eleito pelo Acionista Controlador

Conselheiro Suplente

RICARDO JOSÉ MARTINS GIMENEZ

Eleito pelos Acionistas Minoritários Ordinaristas

Conselheiro Suplente

VASCO DE FREITAS BARCELLOS NETO

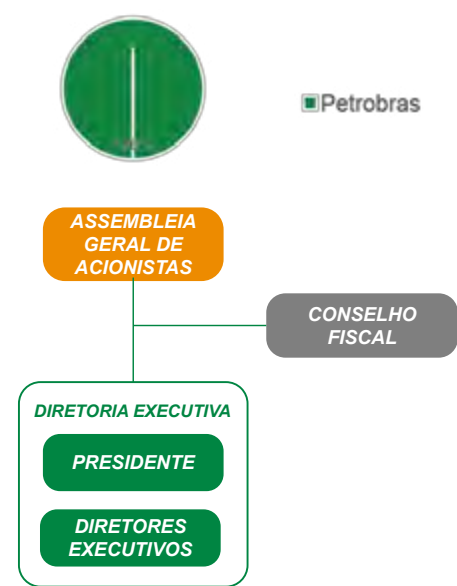
Eleito pelos Acionistas Preferencialistas

Conselheira Suplente



3.2 Informações Societárias e de Governança Corporativa das Participações do Conglomerado Petrobras

ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A. – ANSA

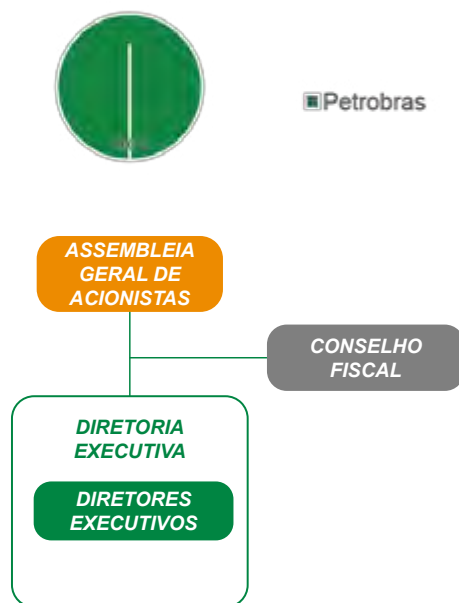


Compartilhamento de estruturas com a Controladora (Art. 14 Decreto 8.945/16):
Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO)
Comitê de Elegibilidade (CTE-GC)
Ouvidora-Geral
Auditoria Interna

Conselho Fiscal	Ana Claudia Medeiros Borges (Presidente)	Remuneração:
	Alexandre Antonio Bittencour (Suplente)	Maior remuneração: R\$ 15.063,64
	Fabricio Stobienia de Lima (Titular)	Menor remuneração: R\$ 15.063,64
	Marcia Ribeiro Abreu (Suplente)	Média da remuneração: R\$ 15.063,64
	Luciana Janaina Fagundes (Titular)	
	Marcos Antonio Gibin (Suplente)	
Presidente e Diretores Executivos	Demetrio Sheeny Coutinho (Presidente)	Remuneração: Maior remuneração: R\$ 193.482,37
	Valter Alberto Gomes (Diretor Financeiro)	Menor remuneração: R\$ 0,00
	Marcelo dos Santos Faria (Diretor Industrial)	Média da remuneração: R\$ 150.301,99

*Valores da tabela de remuneração são referentes ao período entre junho e dezembro/2024.

BAIXADA SANTISTA ENERGIA S.A. – BSE



Compartilhamento de estruturas com a Controladora (Art. 14 Decreto 8.945/16):
 Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO)
 Comitê de Elegibilidade (CTE-GC)
 Ouvidoria-Geral
 Auditoria Interna

Conselho Fiscal	João Eduardo Jost Magalhães (Presidente)	Remuneração Anual:
	Odilanei Moraes dos Santos (Suplente)	Maior remuneração: R\$ 26.328,59
	Edmilson Nascimento das Neves (Titular)	Menor remuneração: R\$ 26.328,59
	Marcus Vinícius Torres Peçanha (Suplente)	Média da remuneração: R\$ 26.328,59
	Ana Cristina Bittar de Oliveira (Titular)	
	Lucas Vieira Matias (Suplente)	
Diretores Executivos	Aline Dias Leonardi (Diretora Administrativa)	Remuneração Anual: R\$ 392.194,71
	Marcelo Ferreira Pellegrini (Diretor Técnico)	Menor remuneração: R\$ 346.054,05
		Média da remuneração: R\$ 369.124,38

(1) Os membros da Diretoria Executiva exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias pela Baixada Santista Energia S.A. Em 2024, a remuneração dos Diretores foi reembolsada integralmente à Controladora Petrobras.

PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. – PBIO

Composição Acionária



Estrutura de Governança Corporativa



Compartilhamento de estruturas com a Controladora (Art. 14 Decreto 8.945/16):
 Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO)
 Comitê de Elegibilidade (CTE-GC)
 Ouvidoria-Geral
 Auditoria Interna

Conselho Fiscal	João Eduardo Jost Magalhães (Presidente)	Remuneração Anual: Maior remuneração: R\$ 106.596,45 Menor remuneração: R\$ 106.596,45 Média da remuneração: R\$ 106.596,45
	Elisandra Collaziol (Suplente)	
	Cristiano Gadelha Vidal Campelo (Titular)	
	Pedro Guedes Campelo (Suplente)	
	Júlio César Gonçalves Corrêa (Titular)	
Diretores Executivos	Luciana Cortez Roriz Pontes (Suplente)	
	Alex Sandro Gasparetto (Presidente)	Remuneração Anual: Maior remuneração: R\$ 955.353,02 Menor remuneração: R\$ 276.200,82 Média da remuneração: R\$ 546.365,16
	Flávio Tomiello (Diretor de Biodiesel)	
	André Bitar Santa Rosa (Diretor Administrativo e Financeiro)	

PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE GÁS E ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A. - PBEN-P

Composição Acionária



Estrutura de Governança Corporativa



Compartilhamento de estruturas com a Controladora
(Art. 14 Decreto 8.945/16):
Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado
Petrobras (CAECO)
Comitê de Elegibilidade (CTE-GC)
Ouvidoria-Geral
Auditoria Interna

Conselho Fiscal	Fábio Marques Aragão da Silva (Presidente)	Remuneração Anual: Maior remuneração: R\$ 1.549,20
	Marco Aurélio Ferreira Martins (Suplente)	
	Fábio Barreto Lourenço (Titular)	Menor remuneração: R\$ 1.549,20
	Rafael Modesto de Oliveira (Suplente)	
	Fernando José Alves dos Santos (Titular)	Média da remuneração: R\$ 1.549,20
	Rogério Jesus Alves de Oliveira (Suplente)	
Presidente e Diretores Executivos	Rodrigo Pimentel Ferreira Leão (Diretor Presidente)	Remuneração Anual: Maior remuneração: R\$ 16.782,69
	Marcelo de Andrade (Diretor Técnico-Comercial)	
	Gustavo Cesar Cotrim Correa da Costa (Diretor Administrativo)	Menor remuneração: R\$ 16.782,69
		Média da remuneração: R\$ 16.782,69

PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. – PB-LOG

Composição Acionária



Estrutura de Governança Corporativa



Compartilhamento de estruturas com a Controladora
(Art. 14 Decreto 8.945/16):
Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado
Petrobras (CAECO)
Comitê de Elegibilidade (CTE-GC)
Ouvidoria-Geral
Auditoria Interna

Conselho Fiscal	Walber Monteiro de Almeida (Presidente)	Remuneração Anual:
	Luciano Francisco Santos da Silveira (Suplente)	Maior remuneração:
	Pedro Guedes Campelo (Titular)	R\$ 80.073,12
	Roberta Rose Sanches Muller (Suplente)	Menor remuneração:
	Rafael Rezende Brigolini (Titular)	R\$ 80.073,12
	Bruno Cirilo Mendonça de Campos (Suplente)	Média da remuneração:
Presidente e Diretores Executivos	Odaléa Elisabeth Franco de Lima (Presidente)	Remuneração Anual:
	Odaléa Elisabeth Franco de Lima (Diretora de Operações)	Maior remuneração:
	Elisandra Collaziol (Diretora Corporativa e Financeira)	R\$ 1.745.325,09
		Menor remuneração:
		R\$ 216.729,21
		Média da remuneração:
		R\$ 549.620,08

TERMOBAHIA S.A. – TERMOBAHIA

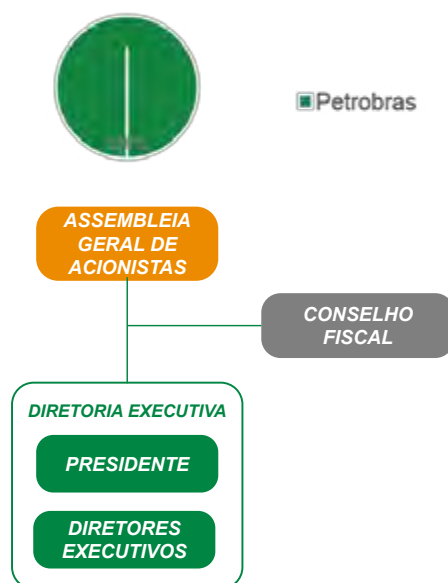


Compartilhamento de estruturas com a Controladora (Art. 14 Decreto 8.945/16):
Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO)
Comitê de Elegibilidade (CTE-GC)
Ouvidora-Geral
Auditoria Interna

Conselho Administração	Isabella Carneiro Leão – Presidente do Conselho	Remuneração Anual: Maior remuneração: R\$ 26.328,59 Menor remuneração: R\$ 26.328,59 Média da remuneração: R\$ 26.328,59
	Leonardo Santos Ferreira	
	Otávio Viegas Caixeta	
Conselho Fiscal	Marcos Vinicius Guimarães da Silva (Presidente)	Remuneração Anual: Maior remuneração: R\$ 26.328,59 Menor remuneração: R\$ 26.328,59 Média da remuneração: R\$ 26.328,59
	Luciana Janaina Fagundes (Suplente)	
	Marcio Alves Gomes (Titular)	
	Paulo Roberto Clemente Marques Bomfim (Suplente)	
	Lena Oliveira de Carvalho (Titular)	
Presidente e Diretores Executivos	Felipe Soares Ludovice (Suplente)	
	Aline Dias Leonardi (Presidente)	Remuneração Anual: Maior remuneração: R\$ 392.194,71 Menor remuneração: R\$ 346.054,05 Média da remuneração: R\$ 369.124,38
	Marcelo Ferreira Pellegrini (Diretor Administrativo)	

(1) Os membros da Diretoria Executiva exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias pela Termobahia S.A. Em 2024, a remuneração dos Diretores foi reembolsada integralmente à Controladora Petrobras.

TERMOMACAÉ S.A. – TERMOMACAÉ



Conselho Fiscal	Bruno Carvalho Baruqui (Presidente)	Remuneração Anual: Maior remuneração: R\$ 25.780,08 Menor remuneração: R\$ 25.780,08 Média da remuneração: R\$ 25.780,08
	Flavio Bretanha Freire (Suplente)	
	Rafael Menezes Peres (Titular)	
	Cristiano Silveira Freixo (Suplente)	
	Glauber de Castro Barbosa (Titular)	
	Ana Cristina Bittar de Oliveira (Suplente)	
Presidente e Diretores Executivos	Aline Dias Leonardi (Diretora Presidente)	Remuneração Anual: Maior remuneração: R\$ 392.194,71 Menor remuneração: R\$ 346.054,05 Média da remuneração: R\$ 369.124,38
	Marcelo Ferreira Pellegrini (Diretor Administrativo)	

TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

Composição Acionária



Estrutura de Governança Corporativa



Compartilhamento de estruturas com a Controladora (Art. 14 Decreto 8.945/16):
Comitê de Elegibilidade (CTE-GC)



Conselho Administração	Gelson Baptista Serva (Presidente do Conselho)	Remuneração Anual: Maior remuneração: R\$ 105.659,76 Menor remuneração: R\$ 96.054,30 Média da remuneração: R\$ 99.460,39
	Hermes Jorge Chipp	
	Suzana Kahn Ribeiro	
	Cilair Rodrigues de Abreu	
	Juan Carlos Ortiz Banzer	
	Matthias Renaat Amandus Ivens	
	Sébastien Jean P Lahouste	
Conselho Fiscal	Flavio Coelho Veloso (Presidente)	Remuneração Anual: Maior remuneração: R\$ 96.054,30 Menor remuneração: R\$ 96.054,30 Média da remuneração: R\$ 86.978,66
	Marcelo Pereira de Amorim (Titular)	
	Glauco Porto de Oliveira (Titular)	
	Amós da Silva Cancio (Suplente)	
	Luciana dos Santos Uchôa (Suplente)	
	Suzana Teixeira Braga (Suplente)	
Presidente e Diretores Executivos	Angelica Garcia Cobas Laureano (Presidente)	Remuneração Anual: Maior remuneração: R\$ 1.761.356,70 Menor remuneração: R\$ 1.514.133,09 Média da remuneração: R\$ 1.974.108,04
	Jorge Roberto Abrahão Hijjar – Diretor Comercial	
	Henrique Andrade Trinckquel Filho – Diretor Financeiro	
	Gustavo Passos Elias – Diretor Técnico	

A TBG se sujeita às obrigações disciplinadas na Lei 14.134/21, a qual dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural (“Lei do Gás”), buscando promover concorrência, livre iniciativa, transparência na formação de tarifas, expansão suficiente do sistema de transporte, qualidade dos serviços e segurança operacional. Nesse sentido, a TBG deve atuar com independência e autonomia em relação à sua acionista majoritária, em relação às suas práticas e relações societárias, contratuais e de gestão, no que se refere aos aspectos concorrenciais entre transportadores e agentes que exerçam atividades concorrenciais da indústria de gás natural, conforme determina o art. 5º da referida Lei.

Diversas obrigações em matéria de governança, asseguram a independência operacional e autonomia da TBG, de forma a garantir a preservação da concorrência no mercado brasileiro de gás natural, conforme ajustado no Termo de Compromisso de Cessão, celebrado entre Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e PETROBRAS, em 08/07/19 e respectivos aditivos (“TCC do Gás”). Dentre as principais: (i) existência de conselheiros independentes para as vagas da Petrobras no Conselho de Administração da TBG; (ii) Diretor Comercial independente; (iii) independência material (de fato) da Diretoria Comercial da TBG em relação à Petrobras.

Em busca contínua de eficiência, ocorreu em 2024 o *assessment* de inovação e transformação digital da TBG e a criação do Comitê de Governança Digital da Companhia.

3.3 Dados Econômico-Financeiros da Petrobras

Somos uma das maiores produtoras de petróleo e gás do mundo. Nossas atividades estão focadas em reservatórios de petróleo em águas profundas e ultraprofundas no Brasil, que responderam por 98% de nossa produção total em 2024. Também temos atividades em campos maduros em águas rasas e em terra, bem como fora do Brasil. Os ativos brasileiros de exploração e produção representam 88% de nossos blocos e campos mundiais, 99% de nossa produção global de petróleo e 99,6% de nossas reservas de petróleo e gás natural.

Em decorrência dos mais de 50 anos atuando nas bacias marítimas brasileiras, desenvolvemos um conhecimento técnico especial na exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas, nos tornando líder mundial nessa classe de ativo, segundo compilação dos dados publicados a partir de base de dados da consultoria Rystad Energy.

A maior parte das nossas reservas provadas está localizada nas bacias offshore adjacentes de Campos e Santos, no sudeste do Brasil. Essa proximidade nos permite otimizar nossa infraestrutura e limitar os custos de exploração, desenvolvimento e produção.

Também atuamos nos mercados de refino, transporte e comercialização, possuindo e operando 11 refinarias. As refinarias são responsáveis pela maior parte da capacidade de refino no Brasil, que está substancialmente concentrada na região Sudeste, onde se encontram os mercados mais populosos e industrializados do país e adjacente às principais fontes de petróleo e gás natural nas bacias de Campos e Santos.

Além disso, atuamos na geração de energia, na atividade de biocombustíveis e petroquímica, por meio de ativos próprios e participações em algumas empresas.

INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS OPERACIONAIS

a. Produtos e serviços comercializados

Nossos negócios estão divididos em três principais segmentos:

Segmento	Descrição
Exploração e Produção (E&P)	Abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil e no exterior, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e atuando também de forma associada com outras empresas em parcerias, além das participações societárias em empresas deste segmento no exterior.
Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Contempla as atividades de refino, logística, transporte, aquisição e exportação de petróleo bruto, assim como a compra e venda de produtos derivados do petróleo, no Brasil e no exterior. Adicionalmente, este segmento inclui a área de petroquímica, que compreende investimentos em sociedades do setor petroquímico, e produção de fertilizantes da companhia.
Gás e Energias de Baixo Carbono (G&EBC)	Contempla as atividades de logística, comercialização de gás natural e energia elétrica, transporte e comercialização de gás natural liquefeito (GNL), geração de energia através de usinas termelétricas, bem como os resultados de operações de processamento de gás natural. O segmento contempla também negócios de energias renováveis, serviço de baixo carbono (CCUS) e a produção de biodiesel de seus coprodutos.

Além disso, a classificação "Corporativo e outros negócios" inclui os itens que não podem ser atribuídos aos segmentos de negócios, compreendendo aqueles com características corporativas, além dos negócios de distribuição. Itens corporativos incluem principalmente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, contas a receber, perdas de crédito esperadas, resultados com derivativos (exceto os de commodities que são apresentados nos respectivos segmentos), overhead relativo à administração central e outras despesas, incluindo despesas atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos assistidos. Os outros negócios incluem a distribuição de derivados no exterior (América do Sul).

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da companhia

Segmento	31/12/2023 (Valores em R\$)	%
E&P	333.934.000.000	65,22%
RTC	474.338.000.000	92,64%
G&EBC	55.476.000.000	10,84%
Corp & outros	1.819.000.000	0,36%
Receita agregada	865.567.000.000	169,06%
Eliminações ⁽¹⁾	(353.573.000.000)	(69,06%)
Consolidado	511.994.000.000	100,00%

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da companhia

Segmento	31/12/2023 (Valores em R\$)	%
E&P	112.458.000.000	89,85%
RTC	15.356.000.000	12,27%
G&EBC	6.762.000.000	5,40%
Corp & outros	(8.623.000.000)	(6,89%)
Receita agregada	125.953.000.000	100,63%
Eliminações ⁽¹⁾	(787.000.000)	(0,63%)
Consolidado	125.166.000.000	100,00%

(1) Correspondem às operações internas entre os nossos segmentos de negócio, as quais são eliminadas quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Para informações mais detalhadas sobre nossas atividades e de nossas controladas, os nossos mercados de atuação e diversificação geográfica, ver o Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#).

No ano de 2024, a Petrobras atingiu todas as metas de produção estabelecidas em seu Plano Estratégico 2024-2028+, dentro do intervalo de $\pm 4\%$. A produção total de óleo e gás natural alcançou 2,7 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed). A produção comercial de óleo e gás natural em 2024 atingiu 2,4 milhões de boed e a produção de óleo foi de 2,2 milhões de barris por dia (bpd).

A companhia também estabeleceu novos recordes anuais de produção total própria e operada no pré-sal, com 2,2 milhões de boed e 3,2 milhões de boed, respectivamente. O volume de produção no pré-sal representa 81% da produção total da companhia em 2024.

Destacamos os principais eventos do ano relacionados à produção de petróleo e gás natural:

- **Início de produção do FPSO Maria Quitéria**, em 15 de outubro: no campo de Jubarte, na área conhecida como Parque das Baleias, no pré-sal localizado na porção capixaba da Bacia de Campos. A unidade tem capacidade de produzir diariamente até 100 mil barris de óleo e de processar até 5 milhões de metros cúbicos de gás. O FPSO Maria Quitéria teve a entrada antecipada. Sua previsão inicial era 2025, de acordo com o Plano Estratégico 2024-28+;
- **Início de produção do FPSO Marechal Duque de Caxias**, em 30 de outubro: no

campo de Mero, no pré-sal da Bacia de Santos. A unidade tem capacidade de produzir, diariamente, até 180 mil barris de óleo e de comprimir até 12 milhões de metros cúbicos de gás;

- **O navio-plataforma Sepetiba**, que opera no campo de Mero, atingiu o topo de produção de 180 mil barris de petróleo por dia (bpd) em agosto, após 8 meses de operação;
- **Início da operação comercial da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN)**, localizada no Complexo de Energias Boaventura (Itaboraí, RJ). O primeiro módulo, com capacidade de processar 10,5 milhões de m³/dia de gás, entrou em operação em 10 de novembro, e seu segundo módulo tem previsão de entrada no primeiro trimestre de 2025, atingindo a capacidade instalada de processamento de gás de 21 milhões de m³/dia, com os dois módulos;
- **Em 16 de dezembro, o FPSO Alexandre de Gusmão** saiu do estaleiro Cosco Qidong, na China, rumo ao campo de Mero, no pré-sal da Bacia de Santos. A plataforma, que será o quarto sistema definitivo de produção do campo, está prevista para entrar em operação em 2025 e tem capacidade para produzir 180 Mbpd de óleo e comprimir 12 MMm³/d de gás natural;
- **O FPSO Almirante Tamandaré** está na locação no campo de Búzios, no pré-sal

da Bacia de Santos, com as atividades de ancoragem e comissionamento do primeiro poço concluídas, tendo iniciado a produção em fevereiro de 2025. O navio plataforma tem capacidade para produzir até 225 Mbpd de óleo e 12 MMm³/d de gás natural, maior FPSO da América do Sul em capacidade de produção de óleo e gás. Este é o primeiro dos seis sistemas contratados pela Petrobras para operar com essa capacidade, e as próximas cinco unidades, que serão de propriedade da empresa, incluem os projetos Búzios 9 (P-80), Búzios 10 (P-82), Búzios 11 (P-83), Atapu 2 (P-84) e Sêpia 2 (P-85).

- **Também iniciamos a operação do primeiro trem da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) no Complexo de Energias Boaventura**, em Itaboraí (RJ), com capacidade de processar 10,5 milhões de m³/dia de gás, com previsão de partida do segundo trem de mesma capacidade em março de 2025, contribuindo para a segurança energética do Brasil e reduzindo a dependência de importações.

No ano de 2024, atingimos diversos recordes de produção e marcos relevantes, dentre os quais destacamos:

- **O fator de utilização total (FUT)**, que leva em conta o volume de carga de petróleo processado em relação à capacidade operacional, em 2024 foi de 93%, o que

representa a maior utilização do parque de TR desde 2014, considerando as refinarias atuais da Petrobras.

- **Alcançamos recorde de 70% de participação do óleo do pré-sal** na carga processada em 2024 (aumento de 4 p.p. em relação a 2023), fruto da otimização de uso dessas correntes para produção de derivados de maior valor agregado e diminuição de emissões atmosféricas.
- **Registramos em 2024 recordes de produção de gasolina** (420 mil bpd) e diesel S-10 (452 mil bpd). As refinarias REPAR e REDUC atingiram suas melhores marcas na produção de gasolina e RPBC, REGAP, REFAP, REVAP e REDUC registraram recordes históricos na produção de diesel S-10 em 2024 (considerado o parque atual).
- **No ano, as vendas de diesel S-10** representaram 64% do total de vendas de óleo diesel, superando o recorde de 62% registrado em 2023, e reportamos aumento de 5,8% nas vendas de QAV em 2024.
- **Ampliamos a oferta de produtos mais sustentáveis**, com menores emissões de carbono. Entre esses produtos estão o Diesel R com conteúdo renovável, a linha de asfalto CAP PRO, o Bunker com conteúdo renovável e a Gasolina Podium Carbono Neutro, contribuindo para o nosso compromisso com a transição energética justa.

- Em 2024, atingimos a marca de 100 mil m³ de venda de Diesel R com conteúdo renovável (R5) e cerca de 10 mil toneladas de CO₂ de emissões evitadas. Registramos também aumento de 27% nas vendas da Gasolina Podium Carbono Neutro em relação a 2023 com 225 mil toneladas de CO₂ neutralizadas por créditos de carbono.
- **O FPSO Maria Quitéria** entrou em operação em 15 de outubro. A plataforma, instalada no campo de Jubarte, no pré-sal da Bacia de Campos, está equipada com tecnologias para redução de emissões, incluindo o ciclo combinado na geração de energia, que permite maior eficiência operacional associada à redução em cerca de 24% de emissões operacionais de gases de efeito estufa. Sua capacidade de produção é de 100 mil barris por dia de óleo e 5 milhões de metros cúbicos por dia (MMm³/d) de gás natural.
- **O FPSO Marechal Duque de Caxias** está na locação, em fase final de preparação para entrada em operação. Com capacidade de produzir até 180 Mbpd de óleo e 12 MMm³/d de gás natural, este FPSO será o terceiro sistema definitivo de produção do campo de Mero, no pré-sal da Bacia de Santos. O Duque de Caxias será pioneiro, a partir de 2028, na utilização da tecnologia HISEP®, patenteada pela Petrobras.

Essa tecnologia permitirá a separação de óleo e gás no fundo do oceano, e, em conjunto com outras tecnologias como o CCUS (Carbon Capture, Utilization and Storage), viabilizará a redução de emissões de CO₂.

Recebemos o certificado internacional ISCC EU RED (*International Sustainability & Carbon Certification- European Union – Renewable Energy Directive*), uma das certificações mais reconhecidas no mercado, para a comercialização de Bunker com conteúdo renovável no Terminal de Rio Grande (TERIG). O VLS (*Very Low Sulfur*) B24 é resultado da mistura de bunker de origem mineral com 24% de biodiesel e tem o potencial de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em, aproximadamente, 20%.

Essa certificação celebra o pioneirismo da Petrobras que, em julho de 2024, foi a primeira empresa no país a obter autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para a comercialização de combustível marítimo com conteúdo renovável.

No segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC), a produção total de derivados em 2024 foi de 1,78 milhões de barris por dia, levemente superior em relação à 2023. Deste total, 69% correspondem a produtos de alto valor agregado (diesel, gasolina e QAV), 1 p.p acima de 2023.

· No segmento Refino, a intensidade de emissões de GEE continuou apresentando queda desde 2015, atingindo o resultado de 36,2 kgCO₂e/CWT em 2024, o que representa uma redução de 2 % em comparação a 2023 e 16% em relação ao ano de 2015, marcando o seu menor e melhor valor histórico. Os principais vetores para diminuição da intensidade de emissão de gases do efeito estufa no refino incluem a redução de envio de gás para tocha, melhoria do desempenho energético e a maior eficiência de processamento de carga..

O índice de intensidade energética (IIE) de nosso parque segue em trajetória decrescente, alcançando 102,6 em 2024, uma redução de 1% com relação ao ano de 2023, tendo com principais destaques positivos os esforços contínuos de otimização e recuperação energética nas unidades do Refino.

Seguimos firmes no biorrefino, como demonstra o marco histórico de processamento de 100% de óleo de soja em uma unidade de refino industrial da Refinaria de Petróleo Riograndense (RPR), utilizando a tecnologia pioneira desenvolvida no Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação (CENPES) da Petrobras, que permite adotar como carga uma matéria-prima 100% renovável, com inovações de processo e catalisador, gerando produtos petroquímicos integralmente renováveis.

Além disso, como reconhecimento à contribuição do Programa de Renovação da

Bacia de Campos para a indústria mundial, ganhamos o OTC *Distinguished Achievement Award* 2024, principal prêmio da indústria global *offshore*.

Como marca do nosso compromisso perene com inovação e desenvolvimento tecnológico, no ano de 2024, foram depositados 178 pedidos de patentes no Brasil e 174 no exterior, totalizando 352 depósitos de patentes, superando, pelo quarto ano consecutivo, nosso recorde de depósitos de pedidos de patentes no Brasil em um único ano.

Esses principais resultados evidenciam a Petrobras mais sólida, resiliente e capaz de gerar valor a longo prazo para seus acionistas e para a sociedade, bem como o seu posicionamento assertivo frente aos inúmeros desafios impostos por um mundo em transição.

As informações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024, constam de nossas Demonstrações Financeiras, disponíveis em nosso [site de Investidores](#).

Os comentários mais detalhados dos nossos diretores executivos referentes às nossas demonstrações financeiras de 2024 estão disponíveis no Formulário de Referência e nas Demonstrações Financeiras da Petrobras, disponíveis em nosso [site de Investidores](#).



3.4 Fatores de Riscos e Controles Internos da Petrobras

Acreditamos que a gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados seguros e sustentáveis. Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais tem como princípios fundamentais o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios, bem como o pleno alinhamento e a coerência com o nosso Plano Estratégico. A gestão de riscos é integrada com a orientação de ações de resposta a riscos que considerem os possíveis impactos nos nossos stakeholders e voltadas para a preservação ou agregação de valor para os acionistas e a continuidade dos negócios.

A área corporativa de gestão de riscos coordena nosso processo de gestão de riscos, definindo uma metodologia integrada e sistêmica. Isso permite a padronização das nossas análises e o gerenciamento das responsabilidades dos riscos, que estão estruturadas de acordo com o modelo de três linhas. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas desempenha um papel distinto na estrutura de governança. Isto pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que compreende, na prática, o Conselho de Administração (CA),

a Diretoria Executiva (DE), o Comitê Executivo de Riscos (CE-Riscos), os titulares da estrutura geral e todos os empregados, prestadores de serviço e demais partes envolvidas. Como parte fundamental, a Auditoria Interna, órgão independente e subordinado diretamente ao CA, avalia, de forma sistemática, o processo de gerenciamento de riscos e recomenda melhorias.

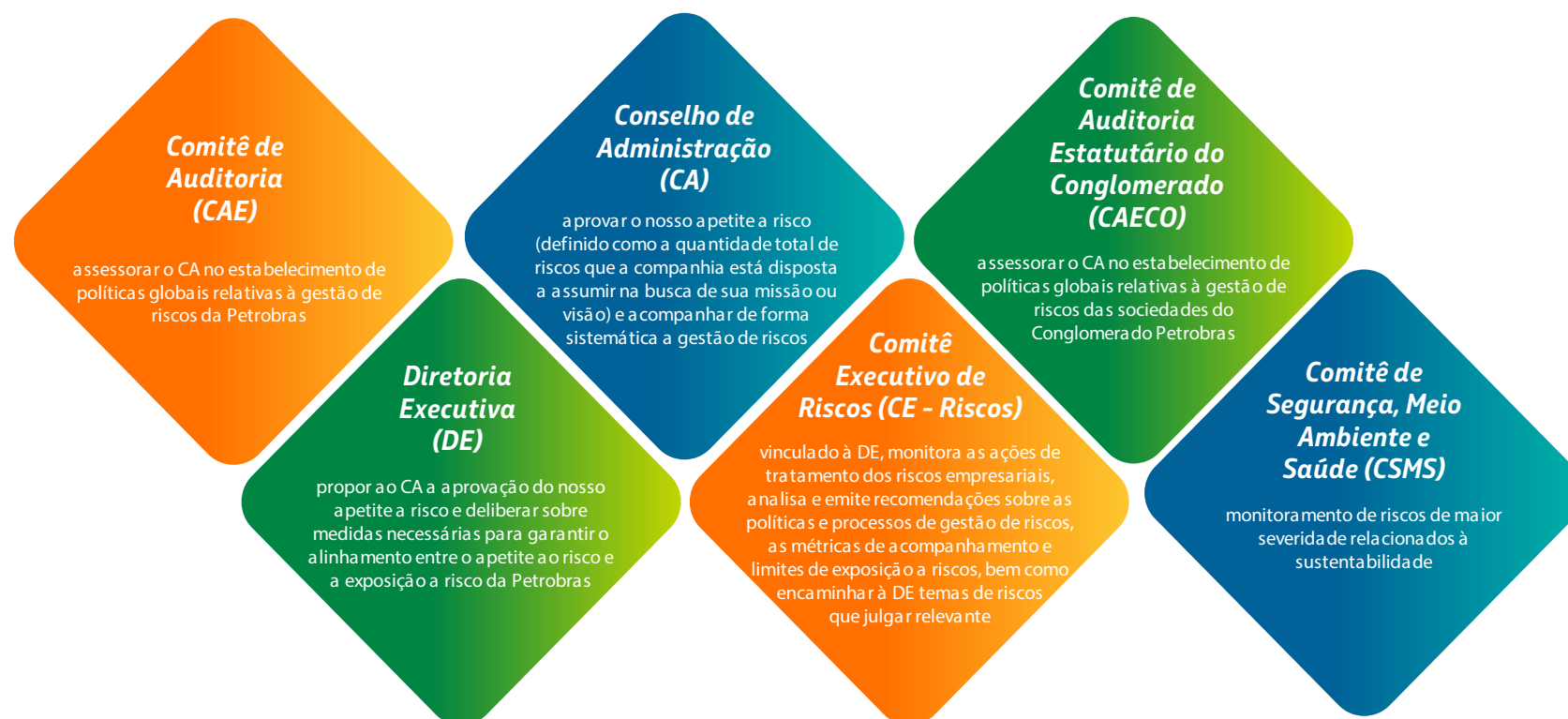
A identificação, a avaliação e o tratamento dos riscos são feitos pelas unidades organizacionais, em articulação com a Gerência Executiva de Riscos Empresariais. O monitoramento da gestão e da mitigação dos riscos de maior severidade relacionados à sustentabilidade é uma das responsabilidades do Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do CA. Este Comitê também tem o papel de propor ações preventivas e corretivas, quando necessário, e reportar suas análises ao CA.



Alguns riscos, independentemente de sua origem, são considerados estratégicos, priorizados conforme sua relevância para o atendimento dos objetivos estratégicos da companhia. Esses riscos são reportados trimestralmente ao Comitê Executivo de Riscos (CE-Riscos), à Diretoria Executiva (DE), ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e ao Conselho de Administração (CA). Por sua vez, riscos altos e muito altos são reportados mensalmente ao CAE.

Essa estrutura de governança foi desenhada de forma a possibilitar uma adequada segregação de funções entre os tomadores de riscos e os responsáveis pela definição dos limites à exposição e pelo seu monitoramento periódico.

Assim, a nossa estrutura organizacional apresenta os seguintes órgãos colegiados e suas respectivas atribuições:



As atividades dos órgãos acima são regidas pelos seus regimentos internos, que definem a finalidade, composição, atribuições, regras de funcionamento, deveres, responsabilidade e avaliação de desempenho de cada colegiado, quando aplicável.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva acompanham periodicamente os principais resultados da gestão de riscos na Petrobras. Normalmente, na tomada de decisão de questões relevantes na companhia são considerados de forma sistemática os riscos e as ações de resposta em cada alternativa de decisão.

Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais, aprovada pelo Conselho de Administração, apresenta uma abordagem abrangente da gestão dos riscos empresariais, uma vez que associa a tradicional visão econômico-financeira a elementos de gestão contra ameaças à vida, à saúde e ao meio ambiente (SMS), de proteção do patrimônio e das informações empresariais (inteligência e segurança corporativa) e de combate à fraude e corrupção (conformidade legal), dentre outros riscos.

Os riscos aos quais estamos expostos (riscos empresariais) são classificados em três agrupamentos: (a) operacional, (b) financeiro e (c) conformidade, legal e regulatório.

OPERACIONAL

Reúne riscos decorrentes das nossas atividades-fim, além daqueles decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos e industriais, do suprimento de bens e serviços, sistemas, assim como de catástrofes naturais e/ou ações de terceiros.

FINANCEIRO

Reúne os riscos oriundos de flutuações de mercado, inadimplemento de contrapartes e de descasamento entre ativos e passivos.

CONFORMIDADE, LEGAL E REGULATÓRIO

Reúne os riscos empresariais relacionados ao cumprimento das leis e dos regulamentos pertinentes aplicáveis à empresa, bem como seu Código de Conduta Ética e outros documentos relacionados.

Para cada agrupamento de riscos, são definidas as linhas mestras para o gerenciamento dos riscos associados a estes grupos de categorias:

Agrupamento Financeiro: nós gerenciamos nossos riscos de forma a garantir a nossa liquidez e a buscar um nível de alavancagem adequada ao setor em que atuamos, mantendo nível de investimentos que assegure a

geração de valor e remuneração para os acionistas de maneira sustentável, perseguindo sempre maior eficiência operacional com foco na redução de custos, sem abrir mão da segurança e da conformidade, e controlando nossa exposição nas atividades comerciais e bancárias;

Agrupamento Conformidade, Legal e Regulatório: nós não toleramos desvios de conduta contrários aos princípios descritos no Código de Conduta Ética ou de descumprimento de nossas obrigações legais e contratuais, exigindo o mesmo padrão de comportamento dos nossos trabalhadores, parceiros e fornecedores;

Agrupamento Operacional: nós gerenciamos nossos riscos de forma a minimizar falhas operacionais, e garantir a continuidade dos negócios, visando o alcance dos nossos objetivos estratégicos e buscando, de forma incessante, a proteção da vida, saúde e segurança da nossa força de trabalho, das comunidades e dos demais públicos impactados por nossas operações, assim como a preservação do meio ambiente.

FATORES DE RISCO

A natureza de nossas operações nos expõe a uma série de riscos que, individualmente ou em conjunto, podem ter um efeito em nosso desempenho. Para acessar a descrição completa dos nossos fatores de risco e riscos de mercado, recomendamos consultar os relatórios disponibilizados em nosso [site de Investidores](#), como o Relatório de Sustentabilidade, o Formulário de Referência, e o Form 20-F.

Por meio destes relatórios, que são publicados tempestivamente às nossas partes interessadas, é possível observar de maneira consolidada as melhores informações sobre o estado atual dos riscos, como também as mitigações em andamento de acordo com a temática de cada documento. Dessa forma, promovemos uma visão abrangente e assertiva no âmbito da comunicação externa dos riscos empresariais.

CONTROLES INTERNOS

Nossa administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, financeiros e de tecnologia da informação, referentes ao processo de preparação e divulgação das referidas demonstrações, com o objetivo de fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela CVM.

Nossa administração, com base nos critérios estabelecidos no *Internal Control – Integrated Framework* (2013) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), procede à verificação do sistema de controles internos, os quais são autoavaliados anualmente pelos gestores (*control self-assessment*), revisados quanto à adequação do desenho e testados quanto à sua eficácia.

Além disso, avaliamos a eficácia dos controles internos sobre os nossos relatórios financeiros

em 31/12/2024. Com base nessa avaliação, usando a classificação de deficiências do sistema de controle interno da norma brasileira NBC TA 265 (Norma Brasileira de Contabilidade 265), a administração concluiu que os controles internos sobre nossos relatórios financeiros foram efetivos em 31/12/2024.

Na composição da estrutura da nossa Diretoria Executiva de Governança e Conformidade (DGC), dispomos da Gerência Executiva de Conformidade, que é responsável por conduzir, anualmente, o processo de certificação de controles internos na Petrobras, cuja avaliação de efetividade também conta com a participação da Auditoria Interna, área vinculada ao Conselho de Administração.

O estabelecimento e a manutenção dos nossos controles internos referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como a avaliação da sua eficácia, é um processo executado pelos gestores, desenvolvido sob responsabilidade do nosso presidente e do diretor executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores e supervisionado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento do nosso Conselho de Administração.

Para mais informações sobre nosso gerenciamento de riscos e controles internos consulte o Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#).



3.5 Remuneração da Administração da Petrobras

A estratégia de remuneração dos administradores tem como objetivos atrair, incentivar, recompensar e reter os administradores à condução dos negócios de forma sustentável, conciliando os interesses dos acionistas e das demais partes interessadas.

Os nossos objetivos da prática de remuneração são reconhecer e remunerar os membros da Diretoria Executiva (DE), considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como o desempenho e os esforços dos administradores para o atingimento das nossas estratégias e metas de curto, médio e longo prazos.

Os valores praticados são estabelecidos a partir das orientações da SEST e aprovadas em Assembleia Geral, sempre alinhadas à política de remuneração vigente. Paralelamente, apresentamos à SEST propostas de ajustes salariais decorrentes do resultado de estudos técnicos sobre a aferição do nível de competitividade da remuneração ofertada aos nossos administradores. Tais estudos são baseados em resultados de pesquisas de remuneração desenvolvidas por consultorias

especializadas, considerando empresas de diversos segmentos de atuação (Mercado Químico/Petroquímico, Mercado Grandes Grupos Nacionais, Mercado Empresas com Faturamento acima de R\$ 5 Bi e Mercado Geral), porém de porte e faturamento similares.

Anualmente, a remuneração dos membros da DE é proposta pelo Comitê de Pessoas (COPE) ao CA e definida pela Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da [Lei nº 6.404/1976](#) (Lei das Sociedades por Ações) e em conformidade às orientações e diretrizes estabelecidas pela SEST.

Os nossos objetivos da prática de remuneração do Conselho de Administração são reconhecer e remunerar os seus membros, considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, alinhados às orientações e normas aplicáveis às estatais federais e de acordo com a manifestação da SEST, que, conforme esclarecido, tem competência para manifestar-se sobre a prática de remuneração dos administradores das empresas estatais e instruir o voto da União nas assembleias gerais dessas empresas.

Anualmente a remuneração dos membros do CA é proposta pelo COPE e definida pela Assembleia Geral de acordo com o artigo 152 da [Lei nº 6.404/1976](#), com a [Lei nº 9.292/1996](#) e em conformidade às orientações e diretrizes estabelecidas pela SEST.

O artigo 1º da [Lei nº 9.292/1996](#) estabelece que a remuneração dos membros do CA de sociedades de economia mista, como a Petrobras, “não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas”.

A nossa presidente é um dos membros do CA, no entanto esta participação não é remunerada.

Conforme orientação da SEST, a remuneração pela participação nos comitês de

assessoramento do CA não deve ser incluída na remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia Geral.

Os nossos objetivos da prática de remuneração do Conselho Fiscal (CF) são reconhecer e remunerar os seus membros, considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, alinhado às orientações e normas aplicáveis às estatais federais e de acordo com artigo 162, §3º da [Lei nº 6.404/1976](#) e artigo 1º da [Lei nº 9.292/96](#).

A composição da remuneração do CF é definida por deliberação da Assembleia Geral, de acordo com o artigo 162, §3º da [Lei nº 6.404/1976](#) e artigo 1º da [Lei nº 9.292/1996](#).

A Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 25/04/2024, deliberou a respeito da fixação da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração nos termos do voto da União, seguindo orientação da SEST, com limite de remuneração global no período compreendido entre abril de 2024 e março de 2025: de até R\$ 43.205.206,51 a ser paga aos administradores; de até R\$ 1.334.429,70 a ser paga ao Conselho Fiscal; de até R\$ 3.469.517,46 a ser paga ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); de até R\$ 4.270.175,34 a ser paga ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO); e de até



R\$ 2.401.975,08 a ser paga aos demais comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração.

A remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal encontra-se a seguir. Outras informações sobre remuneração, bem como a composição e experiência profissional da administração e do Conselho Fiscal estão disponíveis no Formulário de Referência e em nosso [site de Investidores](#).

Nosso [Portal da Transparência](#) apresenta maior detalhamento da remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais.

Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Valores Anuais (R\$)	Diretoria Executiva		
	31/12/2024 ^{2 e 3}	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	9,00	9,00	9,00
Nº de membros remunerados	9,00	9,00	9,00
Valor da maior Remuneração	3.035.922,96	2.754.629,80	2.295.729,68
Valor da menor Remuneração	2.436.930,38	148.387,62	1.691.555,66
Valor médio da Remuneração	3.317.994,68	3.748.138,85	3.073.743,86

Valores Anuais (R\$) ³	Conselho de Administração		
	31/12/2024 ⁴	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	11,00	11,00	11,00
Nº de membros remunerados	8,00	6,33	3,83
Valor da maior Remuneração	163.937,58	155.176,71	145.364,64
Valor da menor Remuneração	158.435,94	155.176,71	145.364,64
Valor médio da Remuneração	167.702,64	156.282,25	144.539,50

Valores Anuais (R\$)	Conselho Fiscal		
	31/12/2023 ⁵	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00
Valor da maior Remuneração	180.331,38	155.176,71	145.364,64
Valor da menor Remuneração	163.937,58	155.176,71	145.364,64
Valor médio da Remuneração	167.216,32	156.203,27	145.364,34

(1) A apuração dos valores, líquidos de encargos (INSS e/ou FGTS), encontra-se em conformidade orientações da CVM contidas no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL - 2024-CVM/SEP, de 07/03/2024.

(2) Diretoria Executiva: A Maior Remuneração corresponde a membro que atuou por 5 meses durante o exercício correspondente.

(3) Diretoria Executiva: A Menor Remuneração corresponde a membro que atuou por 12 meses durante o exercício correspondente.

(4) Conselho de Administração: A Maior e Menor Remuneração correspondem a membros que atuaram por 12 meses durante o exercício correspondente.

(5) Conselho Fiscal: A Maior e Menor Remuneração correspondem a membros que atuaram por 12 meses durante o exercício correspondente

INDICADORES OBJETIVOS

MÉTRICAS DE TOPO

Anualmente, a Petrobras realiza o desdobramento do Plano Estratégico (PE) e Plano de Negócios (PN) em indicadores objetivos, chamados de métricas de topo, que impactam diretamente a remuneração variável de todos os diretores e empregados da companhia.

As métricas de topo da Petrobras, aprovadas juntamente com o Plano Estratégico e/ou o Plano de Negócios, fornecem uma orientação mais explícita sobre os principais objetivos da companhia, e são compartilhadas com todas as unidades organizacionais.

O Plano Estratégico 2024-28+, vigente no ano de 2024, estabeleceu duas métricas de topo correlacionadas com as políticas públicas prioritárias mencionadas como Entregas de Valor Público da Petrobras: o Indicador de Atendimento às Metas de Gases de Efeito Estufa (IAGEE) e o Indicador de Compromisso com o Meio Ambiente (ICMA). Estes indicadores refletem o alinhamento da Petrobras aos compromissos de baixo carbono e sustentabilidade, bem como da função social da Petrobras, conforme descrito a seguir:

a. o IAGEE contribui para: (i) monitorar a emissão direta de gases de efeito estufa para atmosfera em relação aos limites de alerta estabelecidos para essas emissões nos negócios de E&P e Refino; (ii) o desenvolvimento da sociedade, fornecendo a energia que a coloca em movimento, ao mesmo tempo em que promovemos a descarbonização das nossas operações, reduzindo a intensidade de carbono de nossas emissões; (iii) entregar ao Brasil e ao mundo uma energia competitiva e com baixa emissão de carbono, contribuindo para um futuro próspero e sustentável; e

b. o ICMA mede o total de volume de óleo e derivados vazado considerando as ocorrências acima de um barril (159 litros) e que tenham atingido corpos hídricos ou solo não impermeabilizado e é aderente aos esforços da União, Estados e Municípios para redução da poluição dos recursos hídricos, dos oceanos e do solo. Essa métrica permite indicar a efetividade das ações de segurança operacional nas atividades da companhia e a proteção ao meio ambiente e avaliar o desempenho da Petrobras frente as demais empresas do setor, por se tratar de indicador com identidade padronizada. O ICMA é um instrumento de incentivo/acompanhamento para ambição de zero vazamento da Petrobras.

Neste sentido, a Petrobras propôs, em linha com seu plano estratégico e após a manifestação do MME e da SEST, o uso das métricas de IAGEE e ICMA, no programa de remuneração variável da companhia, tendo em vista se tratar de indicadores que: (i) melhor apuram a contribuição das áreas na geração de valor e no cumprimento das principais estratégias da Petrobras; (ii) possuem abrangência e possibilidade de desdobramento, e; (iii) estão alinhados a objetivos de Políticas Públicas.

As métricas descritas foram apuradas para o ano de 2024 e obtiveram o seguinte resultado:

No que se refere à sustentabilidade e preservação do meio ambiente, a Companhia superou sua meta consolidada do Indicador de Atendimento às Metas de Gases de Efeito Estufa (IAGEE), uma vez que as emissões ficaram abaixo dos respectivos limites de alerta estabelecidos para o ano tanto no E&P (resultado de 14,8 kgCO₂e/boe e limite de alerta de 15,5 kgCO₂e/boe), quanto no Refino (resultado de 36,2 kgCO₂e/CWT e limite de alerta de 36,9 kgCO₂e/CWT). As principais influências nos resultados foram as medidas de eficiência energética e de manutenção de equipamentos, contribuindo para o aumento

da eficiência operacional do Refino e pelas ações de descarbonização implantadas, como, por exemplo, a otimização da operação dos turbogeradores e operacionalização de FGRUs (Flare Gas Recovery Units), que mitigaram os aumentos derivados de novos comissionamentos no E&P. Já o Volume de Óleo e Derivados Vazados (VAZO) registrado em 2024 foi de 14,38 m³, ficando 88% abaixo do limite de alerta de 120 m³ estabelecido para o ano, o que representa o segundo melhor resultado da Companhia em uma série histórica de 10 anos.

De forma a explicitar o compromisso realizado pela Petrobras em seu Planejamento Estratégico e a consecução destes compromissos, o Conselho de Administração realiza a promoção da avaliação das métricas de topo, em atendimento ao §2º do artigo 23 da [Lei nº 13.303/2016](#) e publica em sítio eletrônico as conclusões acerca do alcance das metas, além de realizar o encaminhamento das conclusões para o Congresso Nacional e para o Tribunal de Contas da União.

A conclusão da avaliação quanto ao atingimento das metas pode ser observada em nosso [site de Investidores](#).



3.6 Inovações em Governança Corporativa da Petrobras

Destacamos a seguir os principais reconhecimentos obtidos por nossos compromissos e avanços em governança, em 2024:

Em julho de 2024, a companhia registrou 96% de atendimento às regras sugeridas pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC). É o maior percentual desde 2019, e dois pontos acima do registrado no ano anterior (94%), que já era superior à média geral, e aos segmentos de empresas estatais e empresas de óleo e gás. O CBGC reúne princípios, fundamentos e práticas recomendados para a governança corporativa de companhias de capital aberto. O aumento do percentual se deu, principalmente, por conta da melhoria da Política de Transação com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras.

Em julho de 2024, aderimos ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), que tem o objetivo de fomentar a integridade no cenário corporativo brasileiro e estimular empresas a assumirem compromisso voluntário com a integridade empresarial. A Petrobras obteve nota máxima na autoavaliação das medidas de

integridade, levando-se em conta o conjunto de ações que visam: (i) prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes e atos de corrupção praticados contra a administração pública; (ii) mitigar os riscos sociais e ambientais decorrentes de suas atividades, zelando pela proteção dos direitos humanos; e (iii) fomentar e manter uma cultura de integridade no ambiente organizacional.

No mesmo mês, também assinamos um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a CGU, que prevê o desenvolvimento de ações conjuntas e o estabelecimento



de procedimentos técnicos e operacionais entre as instituições, com o intercâmbio de conhecimentos, informações, dados e tecnologias. A parceria pretende aprimorar mecanismos de controle da companhia e de prevenção e combate à corrupção. O acordo vai permitir que a companhia e a CGU compartilhem ferramentas, sistemas e metodologias de análise de dados e técnicas de fiscalização e investigação interna, com soluções informatizadas, pesquisas e acesso mútuo a instruções e relatórios. Fruto deste ACT permitimos a cessão e uso à CGU do “Sistema de Tarjamento de Dados Pessoais” desenvolvido pela Petrobras.’

Em setembro de 2024, a Petrobras foi reconhecida como empresa líder no eixo de Governança na edição 2024 do Anuário Integridade ESG, destacando-se como a companhia com as melhores práticas de governança conforme levantamento do [Anuário](#). Também figuramos como 1º lugar ESG no setor de óleo e gás. No ranking geral, que avalia as práticas ESG (ambientais, sociais e de governança), a Petrobras também apresentou uma notável evolução, alcançando o 2º lugar, atrás apenas do Banco do Brasil, um avanço significativo em relação a 2023, quando ocupamos o 17º lugar geral.

Em outubro de 2024, a Petrobras foi reconhecida por atender aos requisitos dos indicadores estabelecidos pelo Movimento Transparência 100% para o cumprimento

da Meta 4 (100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança). Este reconhecimento reflete nossos esforços contínuos para aumentar a transparência em nossas atividades e fortalecer nossa estrutura de governança e compliance.

Também em outubro de 2024, conquistamos o 1º lugar entre as 19 sociedades de economia mista federais avaliadas no levantamento [iESGo 2024 – Índice ESG \(Environmental, Social and Governance\)](#), com um índice de aproveitamento de 94,7%. O iESGo é um índice desenvolvido pelo TCU, a partir da reformulação do questionário do Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas – iGG, que passou a integrar a avaliação dos processos de governança e gestão com os de sustentabilidade ambiental e social. No mesmo levantamento, a Petrobras ficou em 3º lugar entre as 45 empresas estatais federais e, em 8º lugar geral, entre as 387 organizações públicas participantes, alcançando a melhor avaliação desde o início das medições pelo TCU, em 2014.

Outras boas práticas de governança da Petrobras e seu Conglomerado.

A Avaliação de Desempenho, individual e coletiva, dos administradores, conselheiros fiscais e dos membros de comitês estatutários de assessoramento da Petrobras e seu Conglomerado, ocorre anualmente, e observa os seguintes quesitos mínimos estabelecidos na Lei nº 13.303/16:

- a. exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- b. contribuição para o resultado do exercício; e
- c. consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

Os critérios e a metodologia para avaliação anual são submetidos ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, uma vez que o referido órgão, na forma do art. 21, III do [Decreto 8.945/16](#), é responsável por verificar a conformidade do processo de Avaliação de Desempenho. Os administradores e conselheiros fiscais da Petrobras e seu Conglomerado, na posse e anualmente, participam de treinamento obrigatório. O TOPE aborda temas sobre legislação societária e de mercado de capitais; divulgação de informações; controle interno; código de conduta, Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais assuntos relacionados às nossas atividades. Os administradores e conselheiros fiscais que não participarem dos treinamentos anuais nos últimos dois anos não poderão ser reconduzidos ao cargo.

Temos um [Canal de Denúncia](#) externo e independente para o recebimento de denúncias, disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas por dia, em todos os dias do ano.



A remuneração variável do presidente e dos diretores executivos da Petrobras é definida com base no atingimento das metas corporativas e individuais, definidas e avaliadas pelo Conselho de Administração. O pagamento é diferido em cinco anos, desde que seus pré-requisitos e metas estabelecidos sejam alcançados.

As principais decisões da Petrobras são tomadas de forma colegiada (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) ou compartilhadas, sendo necessários pelo menos dois gestores para aprovação do ato. Esse modelo de decisão baseia-se no four-eyes principle (princípio dos quatro olhos), que aumenta a transparência e o controle de nosso processo decisório.

Para conhecer o [Código de Boas Práticas](#), que reúne políticas corporativas da Petrobras, tais como a política de governança corporativa e societária, de gestão de riscos empresariais, de compliance, de remuneração aos acionistas e de indicação de membros da alta administração e do Conselho Fiscal, acesse nosso [site de Investidores](#).

Informações adicionais sobre nossa governança corporativa podem ser encontradas no Informe sobre o CBGC, apresentado anualmente à CVM, em atendimento à Instrução CVM nº 480/2009, por meio do sistema eletrônico Empresas.Net, disponível no [site da CVM](#).

Para mais informações sobre nossa governança corporativa, ver o Formulário de Referência e nossos principais instrumentos de governança corporativa em nosso [site de Investidores](#).

Informações mais detalhadas sobre a governança corporativa das sociedades do Conglomerado Petrobras podem ser obtidas no [site Empresas do Sistema Petrobras](#).

Nosso Plano de Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), é operado desde 2021 pela Associação Petrobras de Saúde (APS). Em 2024, a APS encerrou o ano com 260.423¹ beneficiários distribuídos em todos os estados da federação.

Melhorias expressivas na gestão do plano de saúde foram implantadas em 2024, com foco na eficiência de custos e melhoria da qualidade do atendimento aos beneficiários. Dentre os principais resultados podemos destacar:

- Em 2024, a APS obteve a nota 0,8378 (sendo 1,0 a nota máxima) no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar. Pelo segundo ano consecutivo o plano ficou posicionado na melhor faixa de avaliação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, pontuação que nos coloca na faixa de excelência do mercado de saúde suplementar;
- Retorno do atendimento presencial aos beneficiários, com a inauguração de postos de atendimento e manutenção do atendimento itinerante;
- Implantação do “Programa Cuidar – Atenção Primária”, com foco na promoção da saúde preventiva, destinado a todos os beneficiários. O programa oferece atendimentos remotos e presenciais, conforme a localidade do beneficiário. Também foi implantado o “Programa Cuidar – Saúde Mental”, direcionado a pessoas com diagnóstico, sinais ou sintomas sugestivos de transtornos mentais passíveis de acompanhamento remoto.
- Implementação do novo modelo do PASA, que possibilita o acompanhamento contínuo da saúde dos aposentados, por meio da atenção primária à saúde, com atendimento remoto ou presencial.

Em cumprimento à [Resolução CGPAR nº 36/2022](#), artigo 4º, que dispõe sobre rotinas de avaliação e monitoramento da gestão das operadoras de autogestão, informamos que a Petrobras cumpre as exigências regulatórias da legislação da saúde suplementar enquanto patrocinadora da Associação Petrobras de Saúde (Saúde Petrobras). As informações contábeis da Associação Petrobras de Saúde estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras da Petrobras, em nosso [site de Investidores](#).

1

Considera dados disponíveis em 02/12/2024.

ANEXO I

RAZÃO SOCIAL	SIGLA	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL NO SISTEMA PETROBRAS	PARTICIPANTE DIRETO DO SISTEMA PETROBRAS	ACIONISTA	PARTICIPAÇÃO %
ARAUCARIA NITROGENADOS S.A.	ANSA	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100
BAIXADA SANTISTA ENERGIA S.A.	BSE	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100
BIOENERGÉTICA BRITARUMÃ S.A.	BRITARUMÃ	Coligada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	Itarumã Participações S.A.	70
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	30
BJS OIL OPERATIONS B.V. (in liquidatie)	BJSOO BV	Operações em Conjunto	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	20
				BJSA Exploration and Production B.V.	80
BRASKEM S.A.	BRASKEM	Coligada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	AÇÕES EM TESOURARIA	0,19 (PN)
				Novonor S.A.	50,11 (ON)
				Novonor S.A.	22,92 (PN)
				OUTROS	2,86 (ON)
				OUTROS	38,05 (PN)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	47,03 (ON)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	21,93 (PN)
				SALDO DO PROGRAMA DE ADRs	16,92 (ON)
BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY	BRASOIL	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100
BRASYMPE ENERGIA S.A.	BRASYMPE	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	Brazil Energy S.A.	26,67
				MPE Participações Especiais S.A.	26,67
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	20
				SoEnergy - Sistemas Internacionais de Energia S.A.	13,33
				Sotreqpar S.A.	13,33

COMPANHIA DE COQUE CALCINADO DE PETRÓLEO S.A.	COQUEPAR	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETROCOQUE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	10
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	45
				UNIMETAL INDUSTRIA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA	45
COMPANHIA PETROQUÍMICA DO NORDESTE	COPENOR	Empreendimentos Controlados em Conjunto	METANOR S.A. - METANOL DO NORDESTE	METANOR S.A. - METANOL DO NORDESTE	100
				METANOR S.A. - METANOL DO NORDESTE	97,31
				OUTROS	2,69
COMPAÑÍA MEGA S.A.	MEGA	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	DOW INVESTMENT ARGENTINA S.A.	28
				PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	34
				YPF S.A.	38
DRILL SHIP INTERNATIONAL B.V.	DSI BV	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100
ENERGÉTICA SUAPE II S.A.	ENERGÉTICA SUAPE II	Coligada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	20
				SAVANA SPE INCORPORAÇÃO LTDA	80
FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S.A.	FCC	Operações em Conjunto	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	KETJEN BRAZIL HOLDINGS LTDA.	50
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	50
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS NAO-PADRONIZADOS DO SISTEMA PETROBRAS	FIDC NP	Entidade Estruturada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	ACIONISTAS MINORITARIOS	9,91
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	90,09
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO RB LOGISTICA	FII RBL	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PENTAGONO SA DTVM	0,85
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	99,15

GAS TRANSBOLIVIANO S.A.	GTB	Coligada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	2B Ametrino AB	38
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	11
				YPFB TRANSPORTE S.A.	51
GUARA B.V.	GUARA BV	Operações em Conjunto	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	BG OVERSEAS HOLDINGS LIMITED	30
				PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	45
				REPSOL BRASIL B.V.	25
IARA B.V.	IARA BV	Operações em Conjunto	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	BG Gas Netherlands Holdings B.V.	4,3
				Galp Sinopec Brazil Services B.V.	1,72
				PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	90,11
				TOTAL BRAZIL SERVICES B.V.	3,87
LIBRA OIL & GAS B.V.	LIBRA BV	Operações em Conjunto	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	CNODC LIBRA B.V.	10
				DE COOPERATIEVE VERENIGING CNOOC NETHERLANDS U.A.	10
				PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	40
				SHELL E AND P OFFSHORE SERVICES B.V.	20
				TOTAL BRAZIL SERVICES B.V.	20
LOGUM LOGISTICA S.A.	LOGUM	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	COPERSUCAR S.A.	30
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	30
				RAÍZEN ENERGIA S.A.	30
				UNIDUTO LOGÍSTICA S.A.	10

METANOR S.A. – METANOL DO NORDESTE	METANOR	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	BMF B AS BVMF ADM CART 2107 5	8,39 (PN)
				BMF B AS BVMF ADM CART 2107 5	0,14 (PN)
				GPC Química S.A. e Dexas Participações S.A.	50 (ON)
				GPC Química S.A. e Dexas Participações S.A.	17,87 (PN)
				GPC Química S.A. e Dexas Participações S.A.	22,25 (PN)
				GPC Química S.A. e Dexas Participações S.A.	3,1 (PN)
				MAX PASKIN	1,01 (PN)
				MAX PASKIN	13,05 (PN)
				MAX PASKIN	0,21 (PN)
				OUTROS	5,99 (PN)
				OUTROS	0,64 (PN)
				OUTROS	0,47 (PN)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	50 (ON)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	9,07 (PN)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	17,58 (PN)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	0,2 (PN)
MP GULF OF MEXICO, LLC.	MPGoM	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETROBRAS AMERICA INC.	MURPHY EXPLORATION & PRODUCTION COMPANY - USA	80
				PETROBRAS AMERICA INC.	20
NITROCLOR PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	NITROCLOR	Coligada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	BRASKEM S.A.	10,45
				ODEBRECHT S.A.	50,75
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	38,8

OGCI CLIMATE INVESTMENTS LLP	OGCI CI	Coligada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	BP Technology Ventures Limited	9,09
				Chevron Products UK Ltd	9,09
				Eni UK Limited	9,09
				Equinor New Energy Limited	9,09
				ExxonMobil Engineering Europe Limited	9,09
				Oxy Climate Ventures, Inc.	9,09
				PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	9,09
				Repsol Energy Ventures, S.A.	9,09
				SAEV Guernsey I Ltd	9,09
				SHELL	9,09
				Total Holdings UK Limited	9,09
P&M DRILLING INTERNATIONAL B.V.	PMDI	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	DRILLSHIP INVESTMENT B.V.	49,44
				PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	50,56
PAPA-TERRA B.V.	PAPA-TERRA BV	Operações em Conjunto	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	CHEVRON GLOBAL ENERGY INC.	37,5
				PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	62,5
PETROBRAS AMERICA INC.	PAI	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100
PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A.	PBIO	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100

PETROBRAS BOLIVIA DISTRIBUCION S.A.	PBD	Controlada	PETROBRAS BOLIVIA S.A.	PETROBRAS BOLIVIA S.A.	99,99
				PETROBRAS DE VALORES INTERNACIONAL DE ESPAÑA S.L.	0,01
				PETROBRAS VENEZUELA INVESTMENTS & SERVICES B.V.	0,01
PETROBRAS BOLIVIA S.A.	PEB	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS DE VALORES INTERNACIONAL DE ESPAÑA S.L.	0,2
				PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	99,6
				PETROBRAS VENEZUELA INVESTMENTS & SERVICES B.V.	0,2
PETROBRAS COLOMBIA COMBUSTIBLES S.A.	PECOCO	Controlada	PETROBRAS DE VALORES INTERNACIONAL DE ESPAÑA S.L.	PETROBRAS BOLIVIA S.A.	0,1
				PETROBRAS DE VALORES INTERNACIONAL DE ESPAÑA S.L.	90,91
				PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	8,8
				PETROBRAS URUGUAY S.A. DE INVERSIÓN	0,1
				PETROBRAS VENEZUELA INVESTMENTS & SERVICES B.V.	0,1
PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE GÁS E ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A. (antiga 5283 Participações S.A.)	PBEN-P (antiga 5283)	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100
PETROBRAS DE VALORES INTERNACIONAL DE ESPAÑA S.L.	PVIE	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100

Petrobras Engineering Services (Shanghai) Company Limited	PB-CHINA	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100
PETROBRAS EUROPE LIMITED	PEL	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100
PETROBRAS FRADE INVERSIONES S.A.	PFISA	Controlada	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	100
PETROBRAS GLOBAL FINANCE B.V.	PGF BV	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100
				PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100
PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PIB BV	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE GÁS E ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A. (antiga 5283 Participações S.A.)	0
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100
PETROBRAS LOGISTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A.	PB-LOG	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100
PETROBRAS MEXICO S.R.L. DE C.V.	PB-MEX	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	99,97
				PETROBRAS VENEZUELA INVESTMENTS & SERVICES B.V.	0,03
PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	PNBV	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100
PETROBRAS OPERACIONES S.A.	POSA	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS DE VALORES INTERNACIONAL DE ESPAÑA S.L.	5
				PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	95

PETROBRAS SINGAPORE PRIVATE LIMITED	PSPL	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100
PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	TRANSPETRO	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	100
PETROBRAS URUGUAY S.A. DE INVERSIÓN	PUSAI	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100
PETROBRAS URUGUAY SERVICIOS Y OPERACIONES S.A.	PUSO	Controlada	PETROBRAS URUGUAY S.A. DE INVERSIÓN	PETROBRAS URUGUAY S.A. DE INVERSIÓN	100
PETROBRAS VENEZUELA INVERSIONES Y SERVICIOS, S.A.	PEVISA	Controlada	PETROBRAS VENEZUELA INVESTMENTS & SERVICES B.V.	PETROBRAS VENEZUELA INVESTMENTS & SERVICES B.V.	100
PETROBRAS VENEZUELA INVESTMENTS & SERVICES B.V.	PVIS BV	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100
PETROCOQUE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	PETROCOQUE	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	50
				UNIVERSAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	50
PETROLEUM MIDDLE EAST B.V.	PEMID	Controlada	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V.	100
PROCUREMENT NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A.	Petronect	Coligada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	ACCENTURE DO BRASIL SA	19
				ACCENTURE DO BRASIL SA	3
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	49
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	95
				SAP BRASIL LTDA	32

PTD SERVICIOS MULTIPLES S.R.L. DE C.V.	PTD	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETROBRAS MEXICO S.R.L. DE C.V.	D&S PETROLEUM, S.A. DE C.V.	15
				PETROBRAS MEXICO S.R.L. DE C.V.	45
				TEIKOKU OIL DE BURGOS S.A. DE C.V.	40
REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.	RPR	Empreendimentos Controlados em Conjunto	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	ACIONISTAS MINORITARIOS	0,59 (PN)
				BRASKEM PARTICIPAÇÕES S.A.	33,33 (ON)
				BRASKEM PARTICIPAÇÕES S.A.	33,14 (PN)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	33,33 (ON)
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	33,14 (PN)
				ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	33,33 (ON)
				ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	33,14 (PN)
RONCADOR B.V.	RONCADOR BV	Operações em Conjunto	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	Equinor Holding Netherlands B.V.	25
				PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	75
TERMOBAHIA S.A.	TERMOBAHIA	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	98,85
				PETROS	1,15
TERMOCABO S.A.	TERMOCABO	Empreendimentos Controlados em Conjunto	BRASYMPE ENERGIA S.A.	BRASYMPE ENERGIA S.A.	60
				Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL	24
				OZ & M Incorporação Participação Ltda	2
				SZF Participações Ltda	14

TERMOMACAÉ S.A	TERMOMACAÉ S.A	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	100
TRANSPETRO BEL 09 S.A.	TRANSBEL	Controlada	PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	100
TRANSPETRO INTERNATIONAL B.V.	TI BV	Controlada	PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	PETROBRAS TRANSPORTE S.A.	100
TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA - BRASIL S.A.	TBG	Controlada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	BBPP Holdings Ltda.	29
				Corumba Holding S.A.R.L.	0,12
				PETROBRAS BRASILEIRO S.A.-PETROBRAS	51
				YPFB TRANSPORTE DO BRASIL HOLDING LTDA.	19,88
TRANSPORTADORA SULBRASILEIRA DE GÁS S.A.	TSB	Coligada	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	Ipiranga Produtos de Petróleo S/A	25
				PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	25
				REPSOL EXPLORAÇÃO BRASIL LTDA.	25
				Total Gas & Power Brazil	25
TUPI B.V.	TUPI BV	Operações em Conjunto	PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	BG Gas Netherlands Holdings B.V.	23,15
				Galp Sinopec Brazil Services B.V.	9,26
				PETROBRAS NETHERLANDS B.V.	67,59



CARTA ANUAL DE

*Políticas
Públicas
e Governança
Corporativa*

2025

Ano-base 2024

